



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MAIO DE 2006

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Fernando Santos Pereira
Abel Lima Baptista

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Foi lida a acta da eleição de dois membros da Delegação Portuguesa da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), tendo sido proclamados eleitos os dois candidatos propostos.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre acesso aos medicamentos, o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), após uma intervenção inicial — que aproveitou para agradecer o apoio dos grupos parlamentares à decisão do Governo de enviar para Timor Leste uma força da GNR, sobre o que se pronunciaram os líderes parlamentares —, deu resposta a

perguntas colocadas pelos Srs. Deputados Luís Marques Mendes (PSD), Alberto Martins (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), Emídio Guerreiro (PSD), Maria Antónia Almeida Santos (PS), Bernardino Soares (PCP), António Pires de Lima (CDS-PP), Miguel Frasquilho (PSD) e Jorge Almeida (PS), tendo ainda interpelado a Mesa o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Augusto Santos Silva).

Foram ainda aprovados dois pareceres da Comissão de Ética autorizando dois Deputados do PS a deporem por escrito em tribunal na qualidade de testemunha.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Marques Antunes
Alberto de Sousa Martins
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
David Martins
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jaime José Matos da Gama
Joana Fernanda Ferreira Lima
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Bravo Nico
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel Pereira Ribeiro
Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Carlos Vieira Gaspar
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos Sá Rodrigues
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos

Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria José Guerra Gambôa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Nelson Madeira Baltazar
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rita Susana da Silva Guimarães Neves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Telma Catarina Dias Madaleno
Teresa Maria Neto Venda
Umberto Pereira Pacheco
Vasco Seixas Duarte Franco
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Joaquim Almeida Henriques
António Paulo Martins Pereira Coelho
António Ribeiro Cristóvão
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves

Hugo José Teixeira Velosa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
José António Freire Antunes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Marques de Matos Rosa
José Manuel Pereira da Costa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José de Almeida Cesário
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Miguel da Silva Santos
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartim Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Vasco Manuel Henriques Cunha
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Maria Odete dos Santos
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro
António de Magalhães Pires de Lima
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
José Helder do Amaral
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Maria da Conceição Torrado Barroso Cruz

Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Ana Isabel Drago Lobato
António Augusto Jordão Chora
Francisco Anacleto Louçã
Helena Maria Moura Pinto
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de mais, peço à Sr.^a Secretária que dê conta do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a acta da eleição de dois membros da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) é do seguinte teor:

Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de dois mil e seis, procedeu-se à eleição de dois membros da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 181
Votos «sim» — 154
Votos brancos — 26
Votos nulos — 1

Nos termos legais aplicáveis, face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) os seguintes membros:

Efectivo — Maria Antónia Almeida Santos (PS)

Suplente — Luís Campos Ferreira (PSD)

Para se constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Miguel Coelho — Abel Baptista*.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate mensal de Maio com o Sr. Primeiro-Ministro, sobre acesso aos medicamentos.

Para uma intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que comece este meu discurso por sublinhar, e agradecer, o apoio muito alargado que os grupos parlamentares deram à decisão do Governo de enviar para Timor Leste uma força da GNR. Considero esse apoio muito importante para o êxito da missão. Esta missão honra a História de Portugal, a relação de profunda solidariedade que temos com o povo de Timor e dá sentido às responsabilidades que Portugal tem nas acções de promoção da paz e da ordem pública no respeito pelo Direito internacional.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Obtido o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas e definidos que foram os termos da nossa missão, hoje mesmo partirão para Timor Leste os primeiros oficiais da GNR e ao longo dos próximos dias uma companhia especial da Guarda Nacional Republicana seguirá para aquele país. Desta forma, Portugal dará o seu melhor para contribuir para o futuro de paz e de prosperidade a que, há tanto tempo, o povo de Timor aspira.

Applausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me, agora, que vá directo ao tema de nosso debate de hoje — o acesso ao medicamento.

O Governo está bem consciente dos problemas nesta área e tem vindo a tomar medidas importantes

neste domínio. Logo na própria tomada de posse do Governo, anunciei uma medida concreta e emblemática de mudança em favor de todos os consumidores: permitir a venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias.

Lembro-me bem de alguns dos comentários que então se ouviram: que era uma promessa impossível de cumprir; que enfrentaria uma intransponível onda de resistência e, até, que ameaçaria a segurança na distribuição de medicamentos.

Hoje, a realidade mudou. A verdade é que, um ano depois, estão já a funcionar mais de 100 locais de venda ao público de medicamentos fora das farmácias e em breve esse número chegará aos 150. E tudo isto, como a experiência comprova, a funcionar num quadro de total respeito pelas adequadas normas de controlo e de segurança.

Mas as medidas adoptadas pelo Governo para facilitar o acesso aos medicamentos não se ficaram por aqui: foi por isso que decidimos baixar em 6% o preço dos medicamentos e foi também por isso que o Ministério da Saúde celebrou com a indústria farmacêutica um acordo para conter o aumento do preço dos medicamentos nos próximos anos.

Mas temos consciência de que devemos fazer mais e ir mais além.

E é por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que quero anunciar-vos que o Governo decidiu adoptar um conjunto alargado de medidas no domínio da farmácia e do acesso aos medicamentos. E são essas medidas que desejo aqui apresentar.

Em primeiro lugar, o Governo decidiu liberalizar a propriedade das farmácias. É isso mesmo: a propriedade das farmácias vai deixar de ser um exclusivo dos licenciados em Farmácia.

A Sr.^a **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Termina, assim, um regime de condicionamento reconhecidamente anacrónico e que perdurou tempo demais.

Applausos do PS.

Esta reserva da propriedade para os farmacêuticos teve o seu tempo, mas devemos hoje reconhecer que já não faz qualquer sentido nos nossos dias. Defender a manutenção deste regime seria equivalente a dizer que só os médicos é que deviam ser donos de clínicas, só os jornalistas é que deviam ser proprietários de jornais, só os cineastas é que deviam ser proprietários de cinemas ou que só os professores é que deviam ser donos de colégios. A verdade é que a ninguém ocorre defender hoje estas hipóteses, que parecem até ridículas e absurdas. Pois, é exactamente pela mesma ordem de razões que se impõe acabar com o exclusivo da propriedade das farmácias por parte dos farmacêuticos — e é isso que vamos fazer.

Applausos do PS.

Claro está que é preciso garantir a saúde pública e a qualidade do atendimento prestado ao doente. Nisso estaremos todos de acordo. Mas estes valores não serão melhor salvaguardados só porque o dono da farmácia é um farmacêutico.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Exactamente!

O **Orador**: — O que verdadeiramente é preciso garantir é outra coisa: que cada farmácia tenha como director técnico um farmacêutico credenciado e que o restante quadro técnico da farmácia seja composto por pessoal devidamente qualificado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A liberalização da propriedade das farmácias será acompanhada por regras muito exigentes, para evitar situações eticamente menos claras. Desta forma, o regime de incompatibilidades, já previsto na lei, será alargado e reforçado, de modo a impedir que possam ser proprietários de farmácias os próprios prescritores de medicamentos, bem como as empresas da indústria farmacêutica ou de distribuição grossista de medicamentos.

Applausos do PS.

Por outro lado, e para garantir o equilíbrio nas condições de concorrência, será estabelecido um limite à concentração da propriedade de farmácias, de modo a que nenhuma pessoa ou entidade possa deter, directa ou indirectamente, mais do que quatro farmácias.

Applausos do PS.

Em segundo lugar, Srs. Deputados, vamos aumentar a actual rede nacional de farmácias. Desta forma, vai ser autorizada a criação de cerca de 300 novas farmácias, alterando-se as limitações actualmente existentes: a distância mínima entre farmácias será reduzida de 500 m para 350 m e a captação mínima de habitantes por farmácia vai baixar dos actuais 4000 para 3500. Por outro lado, passará a ser possível instalar farmácias em qualquer local, independentemente da captação, desde que não exista nenhuma farmácia num raio de 2 km.

Mas mais, e muito importante: a rede de farmácias vai passar a contar com novas farmácias de venda ao público, que serão concessionadas no interior dos hospitais públicos, que funcionarão 24 horas por dia e 365 dias por ano!

Aplausos do PS.

Desta forma, Srs. Deputados, passará a ser possível aviar a receita médica nos próprios hospitais a qualquer hora e em qualquer dia do ano, coisa que não se verificou, de forma absurda e incompreensível, até hoje.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Em terceiro lugar, para além de passar a haver mais farmácias e farmácias mais perto das pessoas, elas passarão também a funcionar num horário mais alargado, durante 55 horas semanais (em contraponto com as actuais 40 horas). Será, assim, possível que as farmácias fiquem abertas durante a hora de almoço e ao sábado ou, então, que fiquem abertas até mais tarde, de acordo com os interesses das pessoas, num horário mais acessível para todos, principalmente para aqueles que trabalham.

Aplausos do PS.

Em quarto lugar, Srs. Deputados, vamos permitir às farmácias que prestem mais e melhores serviços, em condições de maior comodidade para os utentes. Desta forma, e tirando todo o partido dos meios tecnológicos cada vez mais difundidos na sociedade portuguesa, passará a ser possível às farmácias, em condições a regulamentar, vender certos medicamentos à distância, através da *Internet*, sem que os consumidores precisem de sair de casa. Por outro lado, vamos também permitir a ampliação e a qualificação dos serviços prestados pelas farmácias, incluindo a prestação de novos serviços farmacêuticos ao domicílio, designadamente o apoio a idosos.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, em quinto lugar, vamos adoptar um conjunto de medidas destinadas a reduzir os custos desnecessários que são suportados pelos utentes na compra de medicamentos. Será finalmente implementada a distribuição de medicamentos em unidose, será generalizada a regra da prescrição por Denominação Comum Internacional do princípio activo, revogaremos a regra que impede as farmácias de efectuar redução de preços e, finalmente, eliminar-se-á também a taxa moderadora sobre receituário urgente, que era incompreensível!

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Penso que todos compreenderão bem o alcance das medidas aqui anunciadas e a razão da escolha deste tema para o nosso debate de hoje. Pela minha parte, não tenho dúvidas de que os portugueses percebem que é dos seus problemas que hoje aqui estamos a falar.

O que está em causa é um virar de página no sector das farmácias e no acesso ao medicamento: abrir a propriedade das farmácias a não-farmacêuticos; aumentar o número de farmácias; permitir a criação e o funcionamento, dia e noite, de farmácias no interior dos hospitais públicos; alargar o horário de funcionamento das farmácias, adequando-o às necessidades das pessoas e aos novos hábitos de consumo; ampliar o leque dos serviços farmacêuticos prestados às populações; e, finalmente, reduzir os custos dos utentes na compra dos medicamentos.

Este não é um pacote de «meias-medidas» nem de alterações de fachada. Não!! Trata-se de uma transformação radical no panorama farmacêutico em Portugal e uma transformação em benefício daqueles que devem estar no centro de qualquer política de saúde pública: os cidadãos portugueses!

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, muitas vezes a concretização das mudanças necessárias encontra resistências, mais ou menos organizadas, das corporações ou dos interesses. Sabemos que é muitas vezes assim, mas não

foi assim desta vez. O que distingue um sector consciente da sua responsabilidade social e com uma visão correcta do futuro e das adaptações que ele exige é, justamente, a capacidade de olhar mais longe do que os interesses próprios do curto prazo. É por isso que, com satisfação, posso dar conta à Assembleia da República de que a concretização deste programa de medidas adoptado pelo Governo será objecto de um compromisso — a que chamamos compromisso com a saúde — e que acordámos, numa longa e difícil negociação, com a Associação Nacional das Farmácias. Este compromisso é o testemunho de um sector disponível para participar activamente na resolução dos problemas da saúde e na melhoria das condições de acesso aos medicamentos pelos portugueses.

Quero, por isso, saudar publicamente a responsabilidade e a noção do interesse público que a Associação Nacional das Farmácias demonstrou na negociação e na convergência de princípios orientadores que acordou com o Governo.

Aplausos do PS.

A modernização da sociedade portuguesa exige que sejamos capazes de enfrentar, de uma vez por todas, muitas situações estabelecidas. Este é mais um passo na direcção certa: na promoção da qualidade da rede farmacéutica; na melhoria do acesso aos medicamentos; mas sobretudo, como compete ao Governo, na defesa do interesse geral.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar a primeira volta de perguntas.
Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, antes de mais, permitam-me uma palavra sobre Timor.

Vive-se em Timor uma situação de grave instabilidade. Os timorenses passam por momentos especialmente difíceis. É necessário, nesta ocasião, apoiar os timorenses na reposição da ordem e da tranquilidade pública e na consolidação da democracia e da paz naquele país amigo.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Por isso, aqui quero expressar uma palavra de solidariedade para com os timorenses e uma palavra de apoio às medidas anunciadas pelo Governo português. Assim Portugal está a cumprir o seu dever de amizade e de solidariedade.

Aplausos do PSD.

Agora, quanto ao tema do debate, Sr. Primeiro-Ministro, o conjunto de medidas que aqui acabou de apresentar parece-nos positivo — muito positivo. Reporto-me, em particular, à questão da liberalização da propriedade das farmácias e medidas adjacentes. É uma ideia que tem o nosso apoio. É uma situação anómala que tem existido em matéria de direito de estabelecimento. Abre-se, assim, um novo caminho em matéria de concorrência que, devidamente regulada, pode ser indiscutivelmente muito positiva para o sector e para os utentes.

Acompanharemos, por isso, o Governo nesta iniciativa de abrir o sector, de definir uma concorrência regulada, de garantir a excelência dos cuidados prestados pelas farmácias e de assegurar, como também é obviamente importante, uma «rede mínima garantida» (chamemos-lhe assim) de farmácias por todo o País, designadamente para cobrir as zonas do interior mais desfavorecidas.

Por isso, estas medidas parecem-nos francamente positivas e a elas daremos o nosso acordo.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, no domínio do medicamento é a dos genéricos. Essa questão não foi referida na sua intervenção, mas também é política do medicamento, em relação à qual já temos algumas preocupações e algumas discordâncias, que queria manifestar-lhe.

A política dos genéricos é absolutamente essencial: são medicamentos, como todos sabem, com as mesmas garantias terapêuticas dos demais e mais baratos.

Em 2002, iniciou-se uma política corajosa de fomento dos genéricos. Tínhamos, então, uma quota de mercado de 0,3% — insignificante! No espaço de dois anos e meio, cresceu para cerca de 12%, o que foi muito bom para o País. Entretanto, no espaço de um ano, o crescimento desta quota de mercado foi muito pequeno: foi, sensivelmente, de 12% para 14%. Portanto, desacelerou fortemente o crescimento do mercado dos genéricos e precisamos de um mercado ainda mais forte.

Do nosso ponto de vista, isto teve a ver com o facto de o Governo ter acabado com o incentivo de 10%

que o Estado dava e que deveria continuar a dar até que este mercado estivesse consolidado. Pareceu-nos um erro.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas parece-nos que agora o Governo se prepara para, neste domínio, fazer um segundo erro. O Ministro da Saúde anunciou recentemente, numa cerimónia pública, que o modelo da receita médica vai mudar. Até agora — para os portugueses perceberem —, desde que o médico não proibisse, o farmacêutico podia substituir o medicamento receitado por um medicamento genérico, desde que ele existisse, naturalmente. Ou seja, no silêncio do médico, o farmacêutico podia fazer esta substituição. Agora, segundo o Ministro da Saúde, vai ser obrigatório, para que isto aconteça, que o médico expressamente autorize.

Parece-nos que isto é um passo atrás, que não ajuda a fomentar o mercado dos genéricos ainda mais e que, ao contrário, pode fazer regredir ou, no mínimo, estabilizar. E nós precisamos de ter o mercado dos genéricos muito mais forte.

Aplausos do PSD.

Porque mais genéricos significa medicamentos mais baratos e, se isto não é relevante para as famílias de mais altos rendimentos, é particularmente importante para as famílias mais pobres, mais humildes e menos informadas. E por isso manifesto aqui a nossa preocupação e a nossa discordância.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ainda no domínio da saúde, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo — e tem toda a legitimidade — pegou nos hospitais que tinha transformado em sociedades anónimas, voltou atrás e transformou-os em EPE's (entidades públicas empresariais). Na altura, discordámos dessa decisão e agora os dados da execução orçamental relativos aos três primeiros meses deste ano mostram que aquela decisão foi um erro.

Na verdade, as despesas globais nos hospitais EPE subiram brutalmente em relação ao orçamentado, as receitas diminuíram 42%, as despesas com pessoal também dispararam. De resto, isto levou o Sr. Secretário de Estado da Saúde a reconhecer publicamente, há poucos dias, que os resultados neste domínio não estavam a ser brilhantes.

Sr. Primeiro-Ministro, julgo que isto é consequência da atitude de reforçar o poder dirigista, burocrático e centralizador do Estado, o que não devia ter sido feito.

Aplausos do PSD.

Esta questão da despesa na saúde leva-nos ao problema mais geral da despesa no Estado, da contenção da despesa pública. A nossa opinião é a de que essa é que é a reforma central.

Podíamos estar aqui a discutir — e bem! — a liberalização das farmácias, a questão dos genéricos, a ciência, a cultura, fosse o que fosse... — tudo é importante! —, mas enquanto Portugal não for capaz de reformar o Estado, de «emagrecê-lo», de torná-lo mais pequeno, com menos despesa pública, mais eficiente e, portanto, menos consumidor de impostos, nem a economia arranca nem criaremos suficiente nível de riqueza para voltarmos a aproximar-nos da União Europeia.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Para isso, é importante um Estado mais pequeno,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode concluir.

O **Orador**: — ... pelo que, há poucos dias, apresentei algumas propostas no sentido de rever as funções do Estado, transferindo para a iniciativa social, nuns casos, e para a iniciativa privada, noutras, algumas funções do Estado que não são estratégicas.

Noutro plano, também apresentei propostas no sentido de, de uma forma equilibrada e negociada, reduzir o número de funcionários públicos no nosso país — outro problema sério que existe!

Julgo que são propostas que vão ao encontro do problema central e em relação às quais era essencial conhecer, de forma nítida e clara, a posição do Governo, porque é quem governa e quem gera os negócios do Estado.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — É a cassette do costume!

O **Orador**: — Para concluir, Sr. Primeiro-Ministro, a questão é a de que Portugal tem de voltar a crescer mais do que a média europeia, tem de convergir com a Europa. Para isso, reformar o Estado é essencial, por forma a libertar recursos para a actividade produtiva.

É porque se Portugal não crescer mais do que a União Europeia, na comparação com os outros países, então, em termos relativos, estaremos sempre a empobrecer, não a enriquecer.

Se não crescemos mais do que a União Europeia, todos os anos teremos mais um país a ultrapassar-nos no *ranking* dos países da União Europeia. Se não crescemos mais do que a União Europeia, Portugal acabará por tornar-se um país pobre e irrelevante.

Não é isso que os portugueses merecem e, por essa razão, damos aqui o nosso contributo.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marques Mendes, noto que, mais uma vez, num debate mensal, o Sr. Deputado refere-se às propostas que o Governo apresentou, dizendo que parecem positivas. Fico muito satisfeito com isso. No entanto, verifico que, passada já uma série de debates mensais, vai começando a tornar-se norma esse seu discurso de que lhe parecem positivas as medidas do Governo.

Isso é muito interessante, vindo da parte de um partido da oposição, mas também faz recordar que o dever da oposição é apresentar outras propostas. Estamos à espera delas, Sr. Deputado,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Tem estado desatento!

O **Orador**: — ... e já falaremos da primeira que apresentou.

Diz o Sr. Deputado que, a propósito deste debate, devíamos discutir também os genéricos.

Ora, Sr. Deputado, desculpe, mas devia reconhecer que a evolução da realidade não deu razão ao PSD.

O argumento do PSD era o de que a redução da comparticipação do Estado no preço dos genéricos iria comprometer a subida da respectiva percentagem do mercado. Enganou-se!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Como é costume!

Risos do PS.

O **Orador**: — Entre Janeiro de 2005 e Abril de 2006, a percentagem de genéricos vendidos foi 14,7%, o que quer dizer que, no prazo de um ano, subiu de 11,7% para 14,7%.

Claro está que o Sr. Deputado dirá que cresceu menos do que nos anos anteriores, mas isso é normal e aconteceria também a si,...

Protestos do Deputado do PSD Luís Marques Mendes.

Não, Sr. Deputado! Por amor de Deus! Toda a gente sabe que a taxa de mercado passar de 3%, percentagem «insignificante», para uma percentagem de dois dígitos era fácil,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — 0,3% não é 3%!

O **Orador**: — ... difícil é, agora, sustentar a subida.

A verdade é que esta subida está a acontecer. O que a realidade veio evidenciar foi que a retirada, em Setembro de 2005, da comparticipação acrescida em 10% em nada influenciou o ritmo de crescimento da venda de genéricos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não é verdade!

O **Orador**: — Sr. Deputado, por amor de Deus, não diga essas coisas, porque o Sr. Deputado não só não acompanha a evolução destes assuntos como, ainda por cima, não tem informação!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não é verdade!

O **Orador**: — Tem de ouvir, Sr. Deputado! A verdade é esta!

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Não se irrita!

O **Orador**: — Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do PSD, se quer falar mais sobre o assunto, era bom que fosse à *Internet* e colecionasse esses números.

Todos os que acompanham este sector, o monitorizam, todos os que querem ter uma palavra a dizer sobre esta matéria são unâimes em confirmar que a evolução deste sector é positiva e que a decisão do Governo foi correcta, já que a retirada daquela comparticipação não influenciou o crescimento do mercado dos genéricos.

Estamos, portanto, de acordo quanto aos objectivos: todos queremos que os genéricos continuem a ter uma maior taxa de mercado. A verdade é que a comparticipação era exagerada, já não fazia sentido e veio a confirmar-se a bondade dessa decisão do Governo com a realidade e com a evolução do mercado.

Acresce que temos um princípio que é o da prescrição feita pelo médico e este precisa de declarar expressamente que dá autorização para a substituição. Julgamos que esse é um princípio internacional que deve ser seguido também em Portugal. Julgo que isso em nada prejudica, pelo contrário, o dever das farmácias, no caso de ser autorizada a substituição por genérico ou por medicamento mais barato, de fornecerem o mais barato. Este é, aliás, um dos pontos que constam da convergência de princípios acordada entre o Governo e a Associação Nacional de Farmácias.

Posto isto, o Sr. Deputado ainda tem de esclarecer a Câmara sobre onde é que vê uma diferença entre hospitais SA e hospitais EPE e qual é a diferença em termos de capacidade de organização.

Protestos do PSD.

Relativamente à matéria que o Sr. Deputado referiu, há-de explicar qual é, em termos de gestão, a diferença na organização que pode influenciar ou determinar uma gestão.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem de concluir.

O **Orador**: — Essa diferença é relevante e importante, mas não retira...

Risos do PSD e do PCP.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Olhe o nariz a crescer...!

O **Orador**: — Srs. Deputados, um momento! Não sei por que é a excitação!?

Como eu dizia, essa é uma diferença politicamente relevante e importante, mas a verdade é que em nada limita as condições de gestão das administrações para fazerem o que devem.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Depende!

O **Orador**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas quem sabe o mínimo de gestão...

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (PSD): — Sabe que não é assim!

O **Orador**: — ... sabe que as condições para operacionalizar uma gestão diligente são iguais num caso e no outro.

Isso que diz é apenas ignorância, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

Há muito a fazer em termos de melhorar a gestão nos hospitais. É verdade, Sr. Deputado! Mas o facto de haver muito a fazer por parte das administrações e quanto às orientações que o Governo tem de dar a estas últimas no sentido de combater o desperdício nada tem a ver com o facto de essas instituições terem o perfil de EPE ou SA.

Finalmente, o Sr. Deputado referiu-se à despesa pública.

O Sr. Deputado considera prioritário e da maior importância que se reduza e se combatá o excesso de despesa pública, com o que estou de acordo. Apenas quero lembrar-lhe, Sr. Deputado, que, nos últimos três anos, quando esteve no governo, não conseguiu fazê-lo.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Lá vem a cassette!

O **Orador**: — Portanto, é muito importante que se perceba a diferença entre falar e fazer. Aí está, fundamentalmente, a diferença!!

Reducir e combater o excesso de despesa pública é o que estamos a fazer, Sr. Deputado! Mas vamos fazê-lo de uma forma exequível! Vamos fazê-lo de forma pensada!

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Vamos fazê-lo orientando os nossos esforços para conter a despesa, como já está a acontecer, fazendo as reformas estruturais que permitam responder aos problemas do desequilíbrio, já nos próximos anos mas também no longo prazo. O que não podemos é fazê-lo, recorrendo a propostas inexequíveis.

O Sr. Deputado desculpará, mas a primeira proposta que apresenta é logo a de despedir funcionários públicos, utilizando para esse fim as verbas do próximo Quadro Comunitário de Apoio, pelo que teve de ser imediatamente desmentido pela Comissão Europeia que lhe lembrou, a si próprio e ao PSD, que «Desculpem, mas essas verbas não podem ser utilizadas»!?

Sr. Deputado, sei que não há segunda oportunidade para criar uma primeira boa impressão, mas quero incentivá-lo a que continue a tentar. O dever da oposição é apresentar propostas... Recomendo apenas, Sr. Deputado, que estude um pouco mais antes de apresentar as propostas!!

Aplausos do PS.

O País precisa de comparar o que está a ser feito pelo Governo com o que é proposto pela oposição. E logo no primeiro confronto — quando foi possível fazer a comparação porque, antes, não existiam propostas —, o Sr. Deputado apresenta uma proposta que é absolutamente inexequível!!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Marques Mendes, peço, e também ao Sr. Primeiro-Ministro, que, na réplica e na resposta que vão seguir-se, ambos sejam mais restritivos no uso do tempo.

Tem a palavra, Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo pela última questão.

Já esperava que, a respeito das minhas propostas, viesse falar dos estudos.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — É muito previsível!

O **Orador**: — De resto, parece ter sido essa a combinação que resulta, provavelmente, das palavras da porta-voz da Comissão Europeia, pessoa por quem tenho uma grande admiração. É porque responder, na segunda-feira, logo de manhã, a um discurso meu proferido no Domingo significa que ela deve ter estado a assistir «em directo» à minha intervenção. Portanto, da minha parte, há uma profunda admiração.

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, em matéria de estudos, o senhor não é autoridade para ninguém.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Ahhh!...

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, que é feito daqueles estudos que fez antes das eleições, até «queimar as pestanas», para garantir aos portugueses que não aumentava os impostos, quando, depois, os aumentou logo a seguir?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Onde estão esses estudos?

Mais recentemente, que é feito daquele estudo que o senhor mandou fazer por causa da refinaria de Sines...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Onde está?

O **Orador**: — ... para assinar aquele protocolo que, depois, deu a «barraca» que todos conhecem?

Aplausos do PSD.

Em matéria de estudos, Sr. Primeiro-Ministro, estamos conversados: o senhor não é, de facto, autoridade para ninguém!!

Devo dizer-lhe mais ainda sobre a mesma matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, recorda-se, há uns anos atrás, de se falar num programa específico para apoio à indústria portuguesa, o PEDIP? Cá e lá, em Bruxelas, dizia-se «impossível!». Pois o impossível tornou-se possível.

Recorda-se de um programa específico para a reconversão da indústria têxtil? Cá e lá, em Bruxelas, dizia-se «impossível!»...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — «Proibido!»

O **Orador**: — Pois, tornou-se possível.

Recorda-se de que, há uns anos, as despesas da saúde ou da educação não eram elegíveis para efeitos de fundos comunitários? Tornaram-se elegíveis, Sr. Primeiro-Ministro!

Ou seja, Sr. Primeiro-Ministro, é tudo uma questão de negociar e de ter vontade para negociar. Se o senhor não tem vontade, nunca o conseguirá.

Aplausos do PSD.

Digo-lhe mais, Sr. Primeiro-Ministro, porque convém estar devidamente informado: em matéria de cessação de vínculos laborais, a União Europeia, hoje em dia, já financia, noutros sectores. Quer que lhe dê exemplos? No domínio da agricultura, para agricultores com mais de 55 anos, os fundos europeus financiam; no domínio do sector do açúcar de beterraba,...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Sabia?

O **Orador**: — ... a cessação de vínculos laborais é financiada pela União Europeia.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Exactamente!

O **Orador**: — No domínio da pesca, quando os pescadores cessam os vínculos laborais por os seus armadores abaterem os barcos de pesca, as cessações de contratos são financiadas pela União Europeia.

O mesmo se passa, desde há alguns anos, na indústria do aço.

Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, já há vários precedentes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É preciso é estudá-los!

O **Orador**: — Por isso, o importante era o senhor dizer aqui se concorda, ou não, com a ideia das rescissões amigáveis na função pública. Esta é a questão central!!

Depois, importava também saber se está, ou não, disponível para negociar com Bruxelas. É porque a grande questão é esta: se o senhor, de uma forma equilibrada, negociada e concertada não reduzir o número de funcionários públicos, a consequência, para todos os funcionários públicos, é a progressiva diminuição dos seus salários, como sub-repticiamente já está a ser feito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Quero só deixar duas notas, a primeira das quais é sobre os genéricos.

Sr. Primeiro-Ministro, os números mostram que o crescimento desacelerou, nestes primeiros meses do ano. Veja bem: a quota de mercado dos genéricos foi de 14,5%, em Janeiro, de 14,4%, em Fevereiro, de 14,8%, em Março, e de 14,7%, em Abril. Ou seja, o crescimento estagnou. Ora, o senhor devia ter muito mais ambição e, portanto, criar as condições para que o mercado dos genéricos atingisse os 20% a 25%, valor a partir do qual ele está minimamente consolidado. É porque os genéricos são absolutamente essenciais. E acho que as medidas, designadamente de alteração do modelo da receita, não são tomadas em nome dos utentes, nem das famílias, particularmente das mais pobres.

A segunda nota diz respeito aos hospitais SA e aos hospitais EPE. Sr. Primeiro-Ministro, se são exactamente a mesma coisa, por que é que o Governo os mudou de SA para EPE? E se são a mesma coisa, por

que é que o relatório de uma comissão, nomeada já pelo seu Governo, disse recentemente que os hospitais SA tinham resultados positivos e um excelente modelo de gestão e, mesmo assim, o senhor transformou-os em EPE, agora com o próprio Secretário de Estado da Saúde (o «seu» Secretário de Estado!) a reconhecer que os números não são brilhantes? Não fui eu que o disse, foi ele próprio!!

Sr. Primeiro-Ministro, aqui, vale a pena reconhecer o erro e voltar atrás, para que os dados possam ser muito mais positivos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marques Mendes, não vou deixar escapar a insinuação que o Sr. Deputado fez logo no início, segundo a qual teria havido uma combinação entre o Governo português e a Comissão para, no momento imediatamente a seguir à apresentação da sua proposta, destruir a sua credibilidade com uma declaração da Comissão.

Quero esclarecer, Sr. Deputado, que não me relaciono com a Comissão falando com eles sobre questões internas ou política interna portuguesa. Não faço isso!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas alguém o faz por si!

O **Orador**: — Nesse dia, aliás, almocei com o Dr. Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, e nem sequer falámos do assunto, porque não era preciso.

Mas do que o Sr. Deputado deve ter consciência é de que a resposta pronta da Comissão, relativamente à proposta apresentada, se deve apenas a uma coisa: ao absurdo da própria proposta!

Aplausos do PS.

Ó Sr. Deputado, não tente disfarçar, caia em si! Isso não correu bem, Sr. Deputado! A proposta é um pouco absurda, reconheçamo-lo.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Para os outros serve; para nós, não!

O **Orador**: — É que nós temos um conjunto de meios financeiros, que se pretende pôr ao serviço do desenvolvimento, e o Sr. Deputado acha que, agora, esses fundos são apropriados para despedir funcionários públicos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas concorda ou não?

O **Orador**: — O que parece, Sr. Deputado, é que isso não lhe correu bem e não correu bem em função de um défice de estudo. É porque, se o Sr. Deputado conhecesse os regulamentos que vão ser propostos para os fundos, saberia que isso não é possível, porque a Comissão não tem uma política comunitária incentivando os países agora a despedirem pessoas no Estado — a Comissão não tem essa política, essa não é uma política europeia.

Que a tenha na agricultura, para promover a juventude e o acesso à agricultura por parte dos jovens agricultores,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não é isso, não!

O **Orador**: — ... mas não se compara com essa.

O que o Sr. Deputado fez foi uma precipitação que teve este resultado e este desmentido. E o Sr. Deputado, em vez de conviver com ele, pensando que isso não é possível e que, portanto, deve estudar outras soluções,...

Vozes do PSD: — Quais?!

O **Orador**: — ... insiste em que o Governo, agora, deveria pegar na sua bandeira e obrigar a Comissão a fazer aquilo que não é permitido pelos regulamentos comunitários.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas concorda com o princípio, ou não?!

O **Orador**: — Por outro lado, o Sr. Deputado, ao referir-se aos estudos, disse que eu também deveria estudar e mencionou, salvo erro, dois pontos, a propósito dos impostos. Aí, sim, Sr. Deputado, dou-lhe

razão. Mas a verdade é que, quando fiz essa declaração durante a campanha eleitoral, eu estava muito baseado naquilo que eram as previsões apresentadas no Orçamento do Estado para 2005. E se o Sr. Deputado pretende dizer que eu devia ter estudado mais o Orçamento, devo dizer-lhe que não; o que eu devia era ter desconfiado mais do Orçamento que os senhores apresentaram.

Aplausos do PS.

Isso, sim, Sr. Deputado! Se me recomenda que eu devia ter estudado mais a situação do País e não confiar tanto nos documentos oficiais que os senhores apresentaram, aí, posso dar-lhe razão.

Quanto à refinaria de Sines, Sr. Deputado, é isso mesmo. O Governo decidiu declarar publicamente, em primeiro lugar, a não conformidade do projecto apresentado com as questões ambientais,...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — ... declarando, portanto, que aquele projecto não tem viabilidade ambiental, justamente porque estudou o projecto.

Protestos do PSD.

O Governo não desiste de incentivar todo o investimento estrangeiro, mas fá-lo-á sempre com critérios.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — «Bom» critério...!

O **Orador**: — Foi por isso que, depois de proceder a estudos, o Governo disse ao empresário que, nestas circunstâncias, com aquele projecto em concreto, que em muito difere daquilo que eram as suas intenções, não o apoiará. Chama-se a isso...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Precipitação!

O **Orador**: — ... estudar e decidir com responsabilidade!!

Aplausos do PS.

Finalmente, Sr. Deputado, não mascare os números: num ano, a percentagem de genéricos e a sua quota de mercado subiu de 11,7% para 14,7% — estes são os números de um ano.

Foi por isso que o Sr. Deputado não teve razão quando aqui disse, no passado, que, reduzindo a com-participação em 10%, o mercado de genéricos nunca mais iria crescer e que, ao contrário, iria regredir. Enganou-se, Sr. Deputado: o crescimento dos genéricos manteve-se!!

Finalmente, Sr. Deputado, a diferença entre EPE e SA é politicamente muito significativa, porque isso quer dizer que a participação do capital privado não se pode fazer na primeira,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E os resultados?

O **Orador**: — ... mas é completamente irrelevante para as condições de gestão. Ou o Sr. Deputado acha que uma administração EPE não tem as mesmas condições de flexibilidade, de legislação...

Vozes do PSD: — Não!

O **Orador**: — Desculpe, Sr. Deputado, mas isso é um erro grosseiro. Tem as mesmas!

Protestos do PSD.

A limitação que tem refere-se a outras questões, não a essas. Para efeitos de boa gestão, ser EPE ou SA é irrelevante.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Tem de estudar melhor!

O **Orador**: — É por isso que não desculparemos as administrações nem acharemos que elas têm aí uma boa desculpa para não cumprirem os objectivos. Nós temos objectivos muito ambiciosos e por alguma razão o Governo transformou esse sector público-administrativo num sector empresarial.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — O facto de ser empresarial obriga a administração a ter um comportamento equilibrado naquilo que são receitas e naquilo que são despesas.

Applausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra, por 5 minutos, o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, uma primeira palavra relativa à questão de Timor Leste. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia firmemente a política do Governo, que entendemos estar à altura das responsabilidades do Estado português e do povo português. O apoio a Timor Leste, temos disso consciência nítida, é o apoio a uma causa nacional também portuguesa.

Sr. Primeiro-Ministro, a matéria que trouxe hoje aqui é de particular relevância e este é um momento grande em termos da inovação política da gestão do interesse público.

A limitação da propriedade das farmácias constitui um anacronismo dificilmente justificável na sociedade portuguesa e correspondia, a um tempo, a uma medida que não servia o acesso mais facilitado e mais adequado dos cidadãos aos medicamentos e à captura de interesses colectivos por individualidades privadas. Por isso, a opção que hoje nos traz é particularmente relevante e é um grande passo no sentido reformista e na inovação da gestão pública e privada da sociedade portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Há duas ou três componentes nesta medida que merecem uma particular atenção. A primeira é, em si, a liberalização da propriedade das farmácias. É uma medida justa, adequada e que tem em si os ingredientes que evitam que essa liberalização da propriedade possa conduzir a situações de monopólios ou de concorrência distorcida.

A medida que é apresentada, de limitação à concentração, é, em si, o «antídoto», inevitável, justo e adequado a uma medida de liberalização sem regras que poderia conduzir a um efeito perverso e distinto daquele que se procura alcançar.

Por outro lado, esta medida é tomada, como V. Ex.^a salientou, num clima de diálogo, de consenso, de concerto com a própria Associação Nacional de Farmácias.

Significa manifestamente uma via de concertação que é uma via conducente a um apoio social que é igualmente importante, embora a medida, por si mesma, na sua justeza, independentemente da metodologia de aceitação a que ela conduziu, fosse uma medida radicalmente importante.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, saudamo-lo vivamente por esta medida. É uma medida que tem décadas de atraso na sociedade portuguesa — finalmente este Governo reconciliou-se com o tempo histórico que é o nosso — e que vem ao encontro das medidas gerais justas que têm vindo a ser tomadas no âmbito do Governo, especificamente no âmbito do Ministério da Saúde.

Relevamos e saudamos as medidas já tomadas e que começaram, desde logo, no combate à subordenação da saúde (1500 milhões de euros),...

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Orador: — ... que foi uma fraude política a que o PSD se prestou, uma fraude lamentável.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Mais uma!

O Orador: — Saudamos as mudanças na política do medicamento, com o acesso livre ao medicamento nos espaços de venda livre, em medicamentos que não são sujeitos a constrangimentos pela sua natureza médica e de prescrição médica.

Saudamos as reduções substanciais feitas nos preços dos medicamentos. E saudamos igualmente, no âmbito do acesso à saúde, de que o acesso ao medicamento é uma componente, a revisão da rede de cuidados primários e o destaque que tem vindo a ser dado ao programa de unidades de saúde familiares.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de fazer-lhe uma pergunta muito concreta — para não passar ao lado, como faz o líder do maior partido da oposição, de alguns temas importantes, como o da sustentabilidade da segurança social ou este, de hoje, do acesso aos medicamentos —, que tem a ver, sobretudo, com o desenvolvimento que está a haver (qual é o seu grau de evolução) nas candidaturas às unidades de saúde familiares.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, o que nos motiva é justamente o interesse público, o qual, neste domínio do acesso ao medicamento, tem que ver, fundamentalmente, com a protecção dos interesses do consumidor.

É óbvio que este sector, dada a sua natureza, deve ser um sector muito regulado, com regras muito exigentes para garantir a qualidade do serviço prestado. Mas a verdade é que, se queremos melhorar o acesso ao medicamento e também reduzir os seus preços, devemos fazer um esforço para acrescentar mais qualidade a um sector que já a tem.

Todos devemos reconhecer que o sector das farmácias, em Portugal, é um sector de altíssima qualidade, que presta um bom serviço aos portugueses, mas que há várias áreas que precisam de ser modernizadas e de evoluir. Uma dessas áreas é, naturalmente, a questão da propriedade, mas é também a matéria que diz respeito ao facto de, de forma incompreensível, não haver farmácias nos hospitais.

Quando se vai à urgência, a uma consulta no hospital, ter de se andar de receita na mão,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Essa é boa!

O **Orador**: — ... às vezes por meia cidade, à procura de uma farmácia para se aviar a receita. Não há razão alguma para que no hospital não haja uma farmácia que funcione todos os dias do ano e com o regime de 24 horas, porque não estamos a pensar no interesse de alguém que não seja o do utente do Serviço Nacional de Saúde.

Por isso, estas medidas, que melhoraram muito o acesso do consumidor, do utente, ao sector farmacêutico, para que haja mais farmácias, farmácias nos hospitais, para que haja mais concorrência, mas também novas regras que permitem às farmácias melhorar e ampliar o seu serviço, com novos serviços farmacêuticos, parecem-me a resposta adequada aos tempos modernos.

Fiz um elogio à Associação Nacional das Farmácias que me parece de inteiro merecimento, porque o sector das farmácias é um sector moderno mas que percebe bem os novos tempos e os tempos que aí vêm. De facto, é um sector que não recusa as mudanças, que as enfrenta, que quer progredir, evoluir e melhorar, quer ser um sector que, consciente da sua força e da sua qualidade, quer acrescentar ainda mais qualidade. E é por isso que o comportamento responsável da Associação Nacional na negociação, como disse, longa e difícil com o Governo, levou a uma negociação bem sucedida, que mostra aos portugueses um sector que está plenamente consciente das suas responsabilidades sociais.

Claro está que a Associação Nacional das Farmácias não está de acordo com a mudança que o Governo vai fazer quanto à liberalização da propriedade das farmácias, mas, aceitando que o Governo a vai fazer, naturalmente teve disponibilidade de espírito e vontade para construir uma orientação convergente de princípios que possam garantir o maior acesso dos consumidores às farmácias e também uma grande qualidade dos serviços. Parece-me que isto é uma atitude muito responsável que deve ser sublinhada.

Depois, Sr. Deputado, quanto à sustentabilidade da segurança social, que referiu, quero apenas recordar à bancada do Partido Socialista e a todas as bancadas que já lá vai um mês desde que apresentei essas propostas e quanto às propostas do Dr. Marques Mendes, em matéria de sustentabilidade da segurança social, ainda não vimos uma. Zero! Mas, enfim, ainda irá a tempo.

Quero também dizer a este propósito, já agora, que não sei se os Srs. Deputados notaram a evolução das observações do PSD em matéria económica. O PSD passou uns meses, aqui atrás, dizendo que «isto está pior do que há um ano». Agora, já não diz isso; agora diz o quê? «Não estamos a convergir». Mudou! E por que é que mudou? Porque foi desmentido pelos números. Pois, é!

Risos do PS.

Não estamos a convergir, é verdade, não estamos a convergir, mas vejam apenas as «lágrimas de crocodilo» do Dr. Marques Mendes, dizendo que «Não estamos a convergir» como se no tempo dele estivéssemos!

Risos do PS.

No tempo do Dr. Marques Mendes no governo passámos três longos anos a divergir profundamente da Europa. Mas ele agora, tendo este Governo chegado no momento que se sabe, com um défice orçamental previsível de 6,83% e à beira de uma segunda recessão, com o País esgotado e deprimido até, queria naturalmente que, num ano, o Governo tratasse de pôr a economia a convergir e a subir muito mais do que a Europa!

O Sr. **Presidente**: — Pode concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Recomendo a leitura, que deve ser interessada, dos discursos do Dr. Marques Mendes, em 2004, quando ele falava da retoma e do que é aí vinha em 2004 e em 2005, dizendo que iríamos crescer tanto e muito mais do que a Europa e, depois, afinal de contas, foi o que se viu.

Finalmente, Sr. Deputado, quanto às unidades de saúde familiar, quero informá-lo que foram apresentadas 99 candidaturas. O nosso objectivo era que essas candidaturas pudessem ser 100, portanto, falta uma para cumprirmos este objectivo. Por isso, teremos 40 unidades de saúde familiar preparadas para dar apoio aos idosos ao domicílio no norte, 15 no centro, 37 em Lisboa e Vale do Tejo, 4, no Alentejo e 3 no Algarve. Chama-se a isto ter uma política concreta e eficaz de prioridade aos idosos no sistema nacional de saúde.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me uma questão prévia: o PSD clama tanto pela vinda do Sr. Primeiro-Ministro à Assembleia da República e a ouvi-lo estavam cerca de uma dúzia de Deputados do PSD!

Applausos do PS.

O **Orador**: — Não sei o que se passa! Abandonaram o debate antes de tempo!

Vozes do PS: — Abandonaram o presidente! Abandonaram o Dr. Marques Mendes!

O **Orador**: — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, deixando essa questão, que é de lamentar, e regressando ao tema do acesso aos medicamentos, o que quero perguntar-lhe é o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro já falou, em grande medida, nos diversos aspectos da política que envolve a liberalização da propriedade das farmácias e os cuidados de saúde e é neste ponto, ainda, que lhe quero colocar a pergunta essencial que tenho para lhe apresentar e cujo esclarecimento agradeço, que tem que ver com as farmácias hospitalares, porque me parece ser uma medida de grande significado e que o Sr. Primeiro-Ministro enunciou de forma rápida, ainda que precisa.

Por isso, a minha pergunta é também muito concreta e muito precisa, quanto ao sentido, à forma e ao modo como vai ser regulada esta existência das farmácias hospitalares, que são, pela sua natureza, farmácias com um carácter profundamente de farmácia social.

Assim, pergunto-lhe em que termos é que estas farmácias hospitalares estão pensadas, porque é por esta natureza de garantia de direitos sociais essenciais que estas elas podem vir a dar uma resposta muito satisfatória, sendo certo que, para todos nós, o acesso aos cuidados de saúde e aos medicamentos são a garantia de um direito social fundamental que é o direito à saúde, que o Estado, o nosso Governo e todos nós prezamos como um valor constitucional determinante e fundamental do nosso Estado social.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, tem toda a razão ao considerar que a abertura de farmácias nos hospitais é um dos aspectos mais importantes deste conjunto de medidas.

De facto, era absolutamente incompreensível que não houvesse essas farmácias nos próprios hospitais. Toda a gente sabe o prejuízo que isso acarretava para os utentes, que não podiam, naturalmente, ter acesso ao medicamento de forma tão pronta como aqueles de outros sistemas por esse mundo fora, e os mais familiarizados e conheedores desses sistemas, certamente, tinham consciência de que essa abertura era urgente e era absurdo não acontecer.

Mas quero chamar a atenção para o regime destas farmácias hospitalares, pois não é um regime igual aos outros, é bem diverso. É um regime mais exigente, porque, naturalmente, o mercado será maior; será um regime em que funcionarão 24 horas por dia, 365 dias por ano, ou seja, estas farmácias estarão sempre abertas, nos hospitais, porque haverá mercado para isso e, naturalmente, aqueles que as gerirem têm o dever de ter os turnos suficientes para que essas farmácias funcionem de acordo com estas regras.

Essas farmácias serão nos hospitais mas serão concessionadas à iniciativa privada, não serão geridas pelos próprios hospitais...

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Que horror!

O **Orador**: — Sr. Deputado, calma! Não se enerve!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não estou enervado, estou indignado!

O **Orador**: — Já fez isso por três vezes, sempre a interromper!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Eu? Mas que fixação!

O **Orador**: — A propriedade da farmácia será do hospital mas a gestão da farmácia será uma concessionada e atribuída em concurso público. Neste concurso público será atribuída uma condição de preferência às farmácias da zona.

E porquê uma condição de preferência? Por uma razão bem simples: essa farmácia vai afectar, naturalmente, as farmácias em redor. É verdade, mas temos de tê-la aí! Naturalmente que se as farmácias da zona se candidatarem nesse concurso terão um estatuto que deve ser preferencial relativamente a outras candidaturas. Portanto, estas serão farmácias concessionadas, abertas 365 dias por ano e 24 horas por dia, havendo um estatuto de preferência para as farmácias da zona.

Depois, Sr. Deputado, o mais importante é que consigamos também fazer um quadro regulador que dê condições de igualdade no sector. Por isso, queremos farmácias que tenham o mesmo sistema fiscal e o mesmo regime e que possam competir entre elas de forma leal.

Uma coisa com que vamos acabar é com a obrigatoriedade de todas as farmácias venderem os medicamentos pelo mesmo preço; o que decidimos foi manter um preço máximo e, a partir daí, as farmácias são livres de vender com um preço abaixo, se acharem que o podem ou devem fazer em função de uma gestão comercial do seu próprio organismo.

Por isso, Sr. Deputado, as nossas orientações são bem claras. O que queremos é ter um serviço farmacêutico com qualidade e acrescentar-lhe ainda mais qualidade, melhorando o acesso dos consumidores e dos utentes a um serviço absolutamente indispensável como é o dos farmacêuticos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar gostaria de tecer uma breve consideração sobre a questão de Timor, partindo do reconhecimento de que hoje existe uma situação grave, num contexto internacional e regional bem complexo, diferente de há tempos atrás, reconhecendo também o papel de Portugal na construção, na ajuda, na contribuição para que aquele povo, aquele país, possa construir o seu próprio futuro. Assim, queríamos transmitir as nossas preocupações, porque não temos todos os dados na mão, e esperamos que o «cheiro a petróleo» não ensombre nem sufoque o percurso que aquele povo quer fazer em relação ao seu próprio futuro.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em relação à medida anunciada pelo Governo, queremos dizer que, tendo em conta as garantias dadas, designadamente em relação às questões da cadeia de comando, ao mandato e ao respeito pela soberania e pelo poder legítimo e legitimado de Timor, creio que estão reunidas as condições para subscrever a decisão do Governo em enviar forças da Guarda Nacional Republicana para Timor, com este sentido, com esta medida e neste quadro concreto.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos agora ao debate que escolheu para hoje, na Assembleia da República.

Sobre o tema da política do medicamento, esperávamos que viesse aqui anunciar uma inflexão na política que tem sido seguida pelo seu Governo. De facto, nos últimos meses, as medidas do Governo foram todas no sentido de agravar os gastos com medicamentos: retirou a majoração de 10% para os medicamentos genéricos, retirou a comparticipação acrescida de 25% para os reformados com pensões baixas, retirou a comparticipação a 100% a uma grande parte dos medicamentos do escalão A (os mais essenciais) e manteve um injusto sistema de referência do governo anterior, castigando os utentes no preço quando os médicos não autorizam a utilização do genérico.

Aliás, no tempo do governo de direita, o Sr. Ministro da Saúde defendia que este sistema era mau para o consumidor de baixos recursos, porque era obrigado a pagar mais. Dizia então o ainda não Ministro da Saúde: «O Governo optou por impor medidas que trazem poupança para o Estado, mas à custa das populações».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Do nosso ponto de vista, havia outras alternativas. Podia avançar com a prescrição com base no princípio activo, conforme, aliás, escreveu no seu programa; podia introduzir uma cláusula de salvaguarda no sistema de preços de referência para que, sempre que o médico proibisse a utilização do genérico, não fosse o utente a pagar a diferença;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... podia até aceitar aquela velha proposta do PCP, a que todos os governos se mostraram alérgicos, de distribuir gratuitamente nos hospitais (e até já existem farmácias hospitalares),...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — ... ou por um preço mais acessível, aqueles medicamentos que, sendo aí receitados, são mais caros para o Estado e para o utente se forem comprados numa farmácia comercial do que dispensados no próprio hospital.

Agora ouvimos falar em facilidades, mas para as concessionárias e não para as farmácias hospitalares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de reconhecer que se o Governo avançasse com estas medidas nos surpreenderia. Mas, não, o Governo não quer estas medidas porque elas, em vez de prejudicarem os utentes, prejudicariam os interesses económicos do sector.

Longe vai o tempo em que o ouvímos falar, da bancada do PS, do combate aos *lobbies*. Hoje parece aplaudir um deles.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Todos os portugueses têm sentido na pele o aumento dos gastos com a saúde — nos medicamentos, nas taxas moderadoras e, também, na necessidade de recorrer a consultas e a tratamentos privados por falta de resposta pública. A saúde está mais cara para o nosso povo.

Afinal, o que o Governo nos traz é sempre a mesma solução:...

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Não é, não!

O **Orador**: — ... liberalizar, liberalizar e liberalizar, transformando até um bem essencial, como a saúde, num sector em que quem manda, cada vez mais, sem qualquer limitação...

Protestos do Deputado do PS Afonso Candal.

Sr. Deputado, pode falar à-vontade, porque não me irrita com os apartes, como o Sr. Primeiro-Ministro...

Em relação à questão concreta que nos traz, a questão da verticalização (até por conhecimento de experiências alheias noutros países), inevitavelmente as farmácias acabam por ficar sempre nas mãos das multinacionais, não directamente — nós conhecemos o esquema! — mas através de empresas «testa de ferro», empresas da prima ou do cunhado, havendo inevitavelmente uma concentração deste sector nas mãos das multinacionais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Obviamente, subscrevemos a alteração, por exemplo, das regras relativas à distribuição das farmácias. Se quer uma opinião, fica a saber que estará acompanhado nas alterações destas regras, em nome dos interesses das populações.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me o seguinte à parte: cuidado com o argumento que usou, de os farmacêuticos serem donos das farmácias, de os jornalistas serem donos dos jornais... É que, levada ao extremo essa sua fundamentação, veja lá o que aconteceria na advocacia ou no notariado. Não assuste os advogados! Ou seja, levando à letra o seu argumento, também se deveria colocar em questão as sociedades dos advogados ou, mesmo, os notariados. Ou não? Isto se tomarmos como boa a sua tese.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, ainda no quadro da saúde, coloco-lhe uma última questão sobre «aqueelas coisas» do País real.

Recentemente visitámos a região de onde é oriundo e lembro o Sr. Eng.º Sócrates (determinado, até

autodenominado como um animal feroz quando se zanga) em relação a uma situação concreta da existência de três valências de maternidade nos hospitais da Guarda, da Covilhã e de Castelo Branco, o qual acabou por fazer não o papel de Sócrates mas o papel de Pilatos, pois primeiro indica a ideia do encerramento de pelo menos uma delas mas, como não quer ficar com o odioso, uma comissão que trate disso!... Mas, apelando a esse Sócrates determinado — já não digo ao animal feroz —, peço que diga se vai ou não encerrar alguma das maternidades que referi, na Guarda, na Covilhã ou em Castelo Branco.

Applausos do PCP.

O Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, fico espantado quando o Sr. Deputado se refere ao conjunto de propostas que aqui apresentei como sendo pequenas alterações que nada significam.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Algumas não são!

O **Orador**: — Apresentei o maior e o mais ambicioso pacote de reforma deste sector...

Vozes do PCP: — Ninguém disse isso!

O **Orador**: — Se não se importam, não fiquem tão excitados! Quando ouvem uma crítica, começam logo a gesticular... Um momento, porque ainda ouvirão mais! Oiçam também, como eu oiço as críticas da parte da vossa bancada, com respeito.

Fico perplexo com o que diz, porque não é verdade. De tal forma que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, que tanto horror tem à palavra liberalização, até pensa que a liberalização aplicada à propriedade das farmácias é igual à liberalização do sector público quando se trata de uma privatização.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Eu não disse isso!

O **Orador**: — Grosso engano, Sr. Deputado.

Apenas estamos a decidir que — e gostava que o Sr. Deputado dissesse o que pensa disto —, neste caso das farmácias, não há nenhum valor objectivo ou razoável nos dias de hoje que justifique este condicionamento. Nenhum! E há noutras profissões? Aceito que sim, mas é preciso que esse seja um valor claro para todos, caso contrário isso transforma-se apenas numa situação em que um interesse particular se sobrepõe ao interesse geral.

Esta decisão, há muito reclamada, é da maior importância para dar um sinal claro de que os governos, quando tal não se justifica, não devem manter normas apenas por memória, devem decidir em favor do interesse geral. E o interesse geral vai no sentido de alterarmos esta norma — mas há que fazê-lo com cuidado.

O Sr. Deputado vê multinacionais em todo o lado, sonha com elas! São fantasmas de multinacionais por todo o lado...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Antes fossem!...

O **Orador**: — Diz o Sr. Deputado: vêm aí as multinacionais, elas já estão a esfregar as mãos! Não, Sr. Deputado. Quero lembrá-lo que reduzimos a quatro a possibilidade de os proprietários terem farmácias, isto é, só podem ter quatro farmácias e não mais! Portanto, não existe uma multinacional que agora venha comprar um terço das farmácias portuguesas, é apenas mais um fantasma!

Por outro lado, Sr. Deputado, não é verdade o que disse sobre a questão do preço dos medicamentos. O Sr. Deputado esqueceu-se de referir que baixámos em 6% o preço dos medicamentos, e essa redução teve uma consequência nos orçamentos das famílias.

Finalmente, Sr. Deputado, não quero de deixar de responder-lhe à questão das maternidades — já cá faltavam as maternidades...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Diga, diga!

O **Orador**: — Sr. Deputado, vou recordar-lhe o seguinte: o discurso sobre as maternidades do Partido Comunista é igualzinho hoje, em 2006, ao que foi em 1985.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Essa já não «cola»!

O **Orador**: — Sabe o que o Partido Comunista dizia em 1985? Dizia que o aumento do número de partos em ambulâncias e táxis e o recurso ao parto no domicílio iria ser a consequência desses encerramentos; que o PSD falava na protecção materno-infantil — na altura, era o PSD que era atacado — e que a seguir fechava maternidades...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E o que é que o PS dizia?

Risos do PCP.

O **Orador**: — Qual é a excitação? Os Srs. Deputados não gostam que lhes recorde o que disseram em 1985? Tenham calma, vão ouvir!

Dizia a então Deputada Luísa Amorim: «As mulheres vão voltar a ter os partos nos transportes públicos, quando não os têm em casa, porque nem sequer conseguem arranjar um táxi, para além de também não terem dinheiro para o pagar para chegarem ao hospital mais próximo». Esta era a descrição do inferno que os Srs. Deputados do Partido Comunista faziam do encerramento das maternidades, dizendo que era o que iria acontecer!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas o PS também dizia o mesmo!

O **Orador**: — Sr. Deputado, passaram 20 anos. Acha que alguma destas coisas aconteceu? Aconteceu? Então, o Sr. Deputado tem de dizer onde é que as parturientes têm os filhos nos táxis, nos transportes públicos e não têm dinheiro para os táxis... Sr. Deputado, desculpe, mas acho que isto é ridículo.

É inacreditável que um partido como o PCP, com as responsabilidades que tem, mantenha em 2006 o mesmo discurso sobre as maternidades, sobre o encerramento dos blocos de parto, que tinha em 1985. Mas o Partido Comunista não aprendeu nada durante estes anos?!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado não aprendeu nada com estes últimos anos? O Sr. Deputado não reconhece que o facto de se terem encerrado blocos de partos melhorou a nossa saúde materno-infantil, melhorou os indicadores da mortalidade infantil, que as mulheres são mais bem tratadas assim? O Sr. Deputado não reconhece que estas vossas declarações de 1985 (igualzinhas às de 2006), são a mais pura das demagogias e nada têm a ver com a realidade? O Sr. Deputado não reconhece que o que aconteceu nada tem a ver com o que diziam?

Sr. Deputado, peço-lhe um pouco de humildade e um pouco de realismo. O que aconteceu foi positivo para a sociedade portuguesa e as nossas decisões de encerrar blocos de partos têm a ver com uma única preocupação: defender as mães e as crianças e melhorar a situação assistencial no País. Mas fazendo-o também, Sr. Deputado, baseados na informação técnica.

O Sr. Deputado julga que agora são os políticos a decidir onde vai haver blocos de partos?! Essa decisão não deve ser baseada numa informação técnica? A questão é muito diversa: depois de termos um relatório técnico que claramente nos avisa que alguns dos blocos de partos não oferecem essas condições, um político que nada faz, então, torna-se responsável por nada fazer, e isso tem consequências na saúde das mulheres.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Sr. Deputado, em conclusão, penso que é razoável pedir ao Partido Comunista que tenha um mínimo de evolução no seu discurso, depois de termos aprendido, ao longo destes últimos 20 anos, que o encerramento de blocos de partos foi positivo para a saúde materno-infantil.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, creio que V. Ex.^a tem um problema que, em futuros debates, deveria ser resolvido, que é o de não responder ao que pergunto. V. Ex.^a responde ao que pensa que vou perguntar, o que é totalmente diferente...

Aplausos do PCP.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Creio que seria bom para qualquer um de nós, e para a Assembleia da República, que o Sr. Primeiro-Ministro respondesse ao que se pergunta.

Não disse que defendemos todas as maternidades, todas as escolas, todos os CATUS (Centro de Aten-dimento de Urgências), os SAP (Serviço de Atendimento Permanente). Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Diga lá uma que vai encerrar! Não diz!

O **Orador**: — Volto a precisar a pergunta. Por que razão decidiu relativamente a várias, em Barcelos, em Elvas, etc., e curiosamente não decide sobre esta?! É por razões da sua origem? Creio que tenho o direito legítimo de o interrogar por que razão foi tão célebre em relação a outras regiões e, particularmente, porque motivo ali existe um problema. Há uma inquietação, uma preocupação das pessoas e não há res-posta por parte do Governo!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O senhor até é de lá!

O **Orador**: — Em relação ao tema que nos trouxe aqui e o facto de ver, ou não, multinacionais em todo o lado, nós também procurámos conhecer a realidade de outros países e sabemos que o modelo actual exis-tente em Portugal faz parte do modelo da maioria dos países da União Europeia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — O problema não é esse. E até temos, por exemplo, o caso concreto da Noruega. Sabemos que, com esta verticalização, as multinacionais tomaram conta do sector. Quer uma experiência concreta? Aqui está.

Em relação ao discurso de há 20 ou 30 anos, oxalá nos tivéssemos enganado muitas vezes. Quer um exemplo concreto em relação à moeda única? Cada vez são mais as vozes que afirmam que a nossa entra-da na moeda única foi um desastre, que foi precipitada. «Aqui d'el-rei!» quando o PCP anunciou que essa medida seria precipitada, seria má para a nossa economia, porque ela não estava preparada para essa situação.

«Lá está o PCP com o discurso de há anos atrás!» Afinal, a vida demonstra que o PCP tem razão, como vai demonstrar, infelizmente, que temos razão em relação a esta política de direita que o seu Governo está a realizar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, com o devido respeito, respondi à sua per-gunta.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não respondeu, não!

O **Orador**: — Disse que é muito importante que não sejam os políticos a tomar decisões sobre onde localizar blocos de partos e que isso se deve fundamentar na melhor proposta e informação técnica.

No que diz respeito à Covilhã, a Castelo Branco e à Guarda, o Sr. Ministro da Saúde decidiu da forma como lhe foi proposto pela comissão. Recordo-lhe, Sr. Deputado, que não foi o único...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se quiser também lhe proponho coisas!

O **Orador**: — Ó Sr. Deputado António Filipe não se excite, por amor de Deus! Um pouco de calma e de serenidade! Já vai falar, Sr. Deputado.

Como eu dizia, não é o único, porque também em Bragança e em Mirandela essa decisão foi deixada ao critério dos conselhos de administração dos dois hospitais e dos centros hospitalares. O Sr. Deputado tem de compreender que não podemos ser acusados, por um lado, de tomarmos decisões e de não falarmos com ninguém e, por outro, de deixarmos essa decisão ao critério de quem de direito ao nível do centro hos-pitalar, já que estes três hospitais têm de funcionar de forma integrada. Esta é a grande modificação.

Sr. Deputado, eu respondi a essa pergunta. O Sr. Deputado é que não respondeu a uma que lhe fiz.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O senhor é que está cá para responder!

O **Orador**: — Se o Sr. Deputado considera que agora não tem o mesmo discurso que em 1985, talvez

não fosse mau referir à Câmara o encerramento de um bloco de partos que o Sr. Deputado apoie. Diga lá um, Sr. Deputado! Não é capaz de dizer. E sabe porquê, Sr. Deputado? Porque o Partido Comunista quer, em primeiro lugar, aproveitar qualquer foco de contestação. Tudo lhe serve, de forma oportunística, para combater o Governo, já sabemos. Mas, pior do que isso, a política do Partido Comunista nestes últimos 20 anos tem sido a de manter tudo na mesma.

É por isso que, sinceramente, vejo nessa linha política um problema sério para o espaço político que o senhor quer representar. É o problema de se transformar numa força política muito conservadora e muito apegada à realidade do passado num mundo em mudança.

Ora, isso não é próprio da esquerda, que sempre teve a ambição de mudar e de estar à altura dos tempos. O problema é que essas propostas não estão à altura dos tempos. Nem dos tempos, nem das maternidades, nem das escolas, porque não defendem um Estado social eficiente, capaz de responder e melhorar os serviços públicos.

É inacreditável que o Partido Comunista, que defende um Estado social, não se bata denodadamente por mudanças que melhorem a qualidade dos serviços públicos.

Ora, estas melhorias são absolutamente indispensáveis. Francamente, não reconhecer a evidência, aquilo que se impõe com clareza a qualquer espírito, ou seja, que a política de encerramento de blocos de partos, nos últimos 20 anos, foi positiva para o Estado, para o País, é de facto de uma «cegueira» total.

O Sr. Deputado devia reconhecer que o que disseram em 1985 não tem hoje a mínima correspondência com a realidade. Esse foi um erro a somar a muitos outros que o Partido Comunista cometeu e que hoje considera que, afinal, não foram quaisquer erros. É o caso, por exemplo, do erro de se ter sempre oposto à entrada de Portugal na União Europeia,...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Isso é falso!

O **Orador**: — ... que foi, sem dúvida, uma das grandes realizações que a democracia portuguesa conseguiu neste últimos 30 anos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, queria deixar uma nota em relação às novidades que aqui nos traz acerca das farmácias, que, obviamente, merecerão no mínimo a nossa reflexão.

Compreenda o Sr. Primeiro-Ministro que, por exemplos passados que aqui também já nos trouxe — porque temos a exacta noção de que uma coisa são os anúncios e o *marketing* político deste Governo e outra são as medidas e principalmente os resultados —,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — ... aguardaremos pela proposta, na base da qual faremos a tal reflexão e depois verá como decidiremos.

Sr. Primeiro-Ministro, agora vamos ao que interessa. Tendo em conta o tema do debate — e verá que não fugiremos a ele —, o que nos interessa aqui são os remédios e os doentes. É isso que nos interessa.

Como estará recordado, em 22 de Setembro de 2005, aqui, num debate mensal, como no discurso de tomada de posse, V. Ex.^a referiu que consigo o preço dos medicamentos ia mesmo baixar. Ora, denunciámos depois como decidiu o contrário disso mesmo — é o tal anúncio e a diferença na prática! — ao acabar com a comparticipação a 100% em alguns medicamentos para doentes crónicos, medicamentos de que estes doentes precisam todos os dias, sendo muitos deles muito necessitados, e com a comparticipação de 10% na compra de genéricos.

O Sr. Primeiro-Ministro, muito agastado, como fica normalmente quando é contrariado, disse que não era verdade e referiu que os preços dos medicamentos iam baixar. Se bem se recorda, na altura lancei-lhe um repto. Disse-lhe que esperássemos seis meses e que, depois, fossemos a uma farmácia. Se os medicamentos estivessem mais baratos para os doentes, eu dava-lhe razão; se estivessem mais caros, o Sr. Primeiro-Ministro dava-me razão, bem como à nossa bancada.

Sr. Primeiro-Ministro, os seis meses já passaram. Até lhe recordo, para que não pense que estou aqui a mentir, o que me disse. Literalmente, V. Ex.^a afirmou o seguinte: «O Ministério da Saúde definiu o dia 1 de Outubro como prazo limite para a transição, para que todos os medicamentos possam ter um novo preço com a baixa de 6%. Por isso, tenha a absoluta certeza que após esse dia — o dia 1 de Outubro — isso se fará. Nessa altura aceitarei o convite do Sr. Deputado Nuno Melo para irmos juntos a uma farmácia, para ele constatar que os preços baixaram.»

Sr. Primeiro-Ministro, quis poupar-lhe uma ida à farmácia, até porque porventura poderia não ter muita vontade de lá ir comigo.

Vamos ver, então, quem tinha razão. Vou dar-lhe três exemplos do que não pode acontecer na política do medicamento e de que uma coisa são os anúncios de V. Ex.^a e outra coisa é a prática.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O primeiro caso que aqui lhe trago é de medicamentos que estão mais caros para os doentes. O primeiro exemplo é este medicamento que tenho aqui na mão, *Ticlopídina*, que é usado como preventivo para o risco de acidentes vasculares cerebrais. Para que o Sr. Primeiro-Ministro tenha consciência do que lhe estou a dizer, este medicamento custava a um doente normal — como é o caso do Sr. Primeiro-Ministro se for a uma farmácia, caso esteja doente —, em 2005, 5,37 euros; em 2006, custa-lhe 7,57 euros. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, caso se trate de um doente de baixos recursos, com uma baixa pensão de reforma, por exemplo, sabe qual é a diferença? É de 1,34 euros, em 2005, para 3,78 euros, em 2006. São mais de 200%.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, tenho aqui na mão outro exemplo de um medicamento, *Captopril*. É um medicamento contra a hipertensão, usado pela maioria dos idosos deste país, infelizmente. Vou dizer-lhe o que se passa a propósito deste medicamento.

Em 2005, para um doente normal custava 7,27 euros. Sabe quanto custa agora, em 2006? Custa 10,26 euros. Caso se trate de um doente particularmente carenciado, o tal com uma baixa pensão de reforma, apelando à sensibilidade social que V. Ex.^a, no mínimo no discurso, tem a vantagem de sempre invocar, custava, em 2005, 1,82 euros. Sabe quanto custa agora este medicamento, Sr. Primeiro-Ministro? Custa 5,13 euros. São mais 400%, Sr. Primeiro-Ministro! São 400%, num ano.

Aplausos do CDS-PP.

Tenho aqui mais exemplos. A *Ciprofloxacina* é um antibiótico. Todos nós, infelizmente, muitas vez precisamos de antibióticos. Sr. Primeiro-Ministro, sabe qual é a diferença agora? Um doente normal, em 2005, pagava 4,16 euros; em 2006, paga 5,87 euros. Os tais doentes particularmente carenciados, em 2005, pagavam 1,04 euros...

Percebo que o Sr. Primeiro-Ministro se ria, mas é muito triste que se ria perante esta situação. É que o que estou aqui a referir representa a voz de muitos milhões de portugueses, que infelizmente aqui não podem falar.

Aplausos do CDS-PP.

Como eu dizia, os doentes particularmente carenciados, em 2005, pagavam 1,04 euros e agora pagam 2,94 euros. São mais 200%, Sr. Primeiro-Ministro.

Vou dar-lhe outro exemplo do que não pode acontecer na política do medicamento e há muito que já passou o dia 1 de Outubro. Outra coisa que não pode aqui acontecer, pelo menos para nós não faz sentido, é um genérico ser mais caro do que um medicamento de marca. É que não é isso que justifica a existência dos genéricos,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ...não foi isso que invocaram aqui quando a política do genérico foi implementada.

Tenho aqui outro exemplo que conhece bem, todos conhecemos muito bem: *Ben-U-Ron*, analgésico e antipirético. Quando V. Ex.^a tem dores de cabeça certamente recorre ao paracetamol com alguma frequência.

Risos.

Olhe, eu tive de tomar um hoje de manhã, porque confesso que isto me deu algum trabalho.

Este é um medicamento de marca. Sabe quanto custa, Sr. Primeiro-Ministro? Custa 1,42 euros. Sabe quanto custa o genérico? Trago-lhe aqui um exemplo de paracetamol, que é a substância, o qual custa 2,30 euros, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

Considera normal? É esta a política de medicamento deste Governo?

Sr. Primeiro-Ministro, trago-lhe outro exemplo, sem fugir ao tema, como pode verificar: há medicamentos mais caros nos hipermercados do que nas farmácias. Todavia, quando V. Ex.^a anunciou aqui a abertura da

venda de medicamentos não sujeitos a receita médica nos hipermercados foi exactamente para aumentar a oferta, o que nos pareceu bem, mas na base desse aumento da oferta visava-se baixar os preços dos medicamentos. Era disso que estávamos à espera. As pessoas até são levadas, psicologicamente, a convencer-se que, quando recorrem a um hipermercado, o preço do medicamento até será mais baixo do que nas farmácias, que têm grandes interesses corporativos, e, portanto, nos hipermercados vai ser tudo muito mais barato.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos, então, ver a diferença. Trago-lhe aqui três exemplos muito significativos.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente. Ainda estou longe dos 7 minutos e 30 segundos, mas vou terminar.

O Sr. Presidente: — Mas tem depois uma segunda intervenção. Se esgota os meios agora fica sem didáctica para a segunda intervenção.

Risos.

O Orador: — Tenho aqui *Aspirina*, Sr. Primeiro-Ministro. Na farmácia custa 2,94 euros. Sabe quanto custa no hipermercado? Custa 3,10 euros.

Aplausos do CDS-PP.

Tenho aqui também *Panadol*, que toda a gente conhece. Na farmácia custa 2,59 euros e no hipermercado custa 2,97 euros.

Finalmente, trago aqui *Momendol* — é tudo o mesmo, muda o sabor, mas o efeito é mais ou menos o mesmo.

Risos.

Na farmácia custa 3,69 euros e no hipermercado custa 3,95 euros.

Bom, tudo isto para dizer o quê, Sr. Primeiro-Ministro? É que é disto que os portugueses vivem e é isto que os portugueses sentem.

Aplausos do CDS-PP.

Os portugueses não vivem de Simplex! Vivem, de facto, da desburocratização da vida das empresas. Não vivem dos anúncios dos 150 000 novos empregos. Infelizmente, vivem pior porque o desemprego aumenta. Não vivem dos anúncios de que o preço do medicamento vai baixar. Infelizmente, vivem pior quando vão a uma farmácia ou a um hipermercado e pagam mais do que pagavam há seis meses. Essa é a diferença! Quis dar-lhe uma demonstração prática de que uma coisa é o anúncio e a promessa que V. Ex.^a fez há pouco mais de 6 meses, e faz, e outra é o que os portugueses vivem na prática. Ora, o que vivem na prática é o que pagam e era isto que gostava que explicasse aos portugueses.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Isto para que possamos acreditar, até por uma razão de coerência deste Governo, que o que nos traz tem de ser consequente no resultado. O resultado é este, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, V. Ex.^a referiu na sua intervenção que estava com dor de cabeça antes desta sua intervenção. Depois de o ouvir, a única coisa que posso dizer é que estimo as suas melhorias, Sr. Deputado.

Risos e aplausos do PS.

Sr. Deputado, no Sistema Nacional de Saúde há 1500 medicamentos e o Sr. Deputado quis, num acto de pura demagogia, apresentar aqui alguns medicamentos como se isso fosse um estudo. Sr. Deputado, o exercício que o Sr. Deputado aqui fez não é nenhum estudo, é apenas um exercício da mais vulgar demagogia parlamentar.

Aplausos do PS.

Se o Sr. Deputado quiser comparar os estudos que temos com algum que o Sr. Deputado queria invocar, faça favor. Porém, temos de comparar os estudos sobre todos os medicamentos, porque os que o Ministério da Saúde tem demonstram que houve uma redução significativa do custo dos medicamentos neste último ano, de tal forma que isso teve uma repercussão nos orçamentos familiares. E esta é uma das razões que explica que, nestes últimos quatro meses deste ano, a despesa da comparticipação do Estado nos medicamentos vendidos nas farmácias tenha descido.

Vozes do CDS-PP: — Claro, aumentando os preços!

O Orador: — Não, não, Srs. Deputados!

É raríssimo que isto tenha acontecido no passado, mas acontece agora. Porquê? Em virtude dos acordos do Ministério da Saúde com a indústria farmacêutica com vista à redução em 6% em vários medicamentos.

Penso que deveríamos poupar a Câmara, a Assembleia da República e os portugueses a este exercício de cada um, agora, trazer os medicamentos cujos preços baixaram e os que subiram e deveríamos confiar nos estudos que devemos fazer para fazer um apuramento genérico. É um exercício vulgar e que não engana ninguém, esse que o Sr. Deputado aqui fez!

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Não se enerve, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. Primeiro-Ministro: — Não me enervo, os senhores é que estão sempre a fazer apartes, os senhores é que parecem nervosos!

Sr. Deputado, o que tenho notado nos últimos tempos e nos últimos debates parlamentares é o seguinte: quando o PSD diz, a propósito das propostas do Governo, que vai pensar, o CDS-PP apoia. Agora que o PSD diz que apoia, o CDS-PP diz que vai pensar. O Sr. Deputado disse, a propósito das propostas que aqui fiz, que iam reflectir. Portanto, o CDS-PP não está em condições de dizer o que é que pensa da alteração da regra de reserva de propriedade aos farmacêuticos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quero ver a medida!

O Orador: — O Sr. Deputado acha que isso é positivo ou é negativo? O Sr. Deputado acha ser positiva ou negativa a abertura de farmácias nos hospitais? É muito importante sabermos.

O Sr. Deputado acha, ou não, que as farmácias podem evoluir no sentido de prestarem novos serviços farmacêuticos?

O Sr. Deputado acha, ou não, que devemos impor uma mudança no horário das farmácias portuguesas, por forma a que satisfaçam melhor os consumidores, que têm, hoje, novos hábitos de consumo e uma vida muito diferente da que tinham há uns anos, para que abram à hora de almoço, para que possam abrir aos sábados de manhã e para que não seja o inferno conhecido de andar à procura da farmácia de serviço? Está ou não acordo?

É que o Sr. Deputado não pode dizer: «Sobre isso, vamos reflectir e agora vamos ao que interessa!». Sr. Deputado, vamos ao que interessa, mas vamos também a isto. Diga lá o Sr. Deputado o que é que acha! Não tenha medo de dizer!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nenhum!

O Orador: — Ou tem dificuldade em exprimir um ponto de vista porque alguns sectores da sociedade podem achar isso mal? Espero que não, Sr. Deputado. Portanto, o Sr. Deputado faça o favor de dizer o que pensa sobre esta matéria.

Finalmente, o Sr. Deputado diz que estão habituados a ouvir muitos anúncios por parte do Governo e que, afinal de contas, isso não se verifica na prática. Por amor de Deus, Sr. Deputado! O Sr. Deputado acabou de explicar aos Srs. Deputados que há já lugares de venda de medicamentos fora das farmácias!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — São é mais caros!

O Orador: — Não, não! Desculpe, Sr. Deputado, mas não sei se esse medicamento é mais caro ou não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estou a dizer-lhe!

O Orador: — O estudo que o Ministério da Saúde fez é que, de forma genérica, refere que estes medi-

camentos eram mais baratos 9% nesses postos de venda. Se o Sr. Deputado quer fazer um outro estudo, e não a demagogia da brincadeira com um medicamento que foi comprar a esse sítio, faremos esse exercício.

Protestos do CDS-PP.

Já há 118 postos de venda de medicamentos fora das farmácias, a funcionar segundo as regras, e aquilo que parecia durante muitos anos uma medida impossível, que os senhores acharam impossível quando estavam no governo, afinal de contas, transformou-se em possível em muito pouco tempo. Esses postos de atendimento mostram que aquilo que o Governo decide realiza e está aí a realidade para mostrar que aquilo que anunciei logo no dia da tomada de posse foi cumprido, a benefício dos consumidores portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem, de novo, a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, compreenda que, perante exemplos como este que hoje trouxemos, não pensamos na base dos anúncios, decidimos na base das propostas. Por isso, V. Ex.^a traga as propostas, diga-nos como é que elas se concretizam e, depois, nós decidimos! Antes disso não conversamos, Sr. Primeiro-Ministro!

Aplausos do CDS-PP.

É que, infelizmente, durante este vosso primeiro ano de mandato, V. Ex.^a não nos conseguiu transmitir um índice de confiança suficiente para decidirmos na base das propostas.

Acusou-nos V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, de demagogia parlamentar! Sr. Primeiro-Ministro, vá dizer isso a quem ganhe um salário mínimo nacional, a quem tenha a generalidade das nossas pensões de reforma, a quem vá a uma farmácia e a um hipermercado e compre, hoje, os medicamentos mais caros. E não falo de medicamentos «esquisitíssimos» para justificar a diferença, mas de medicamentos de primeira necessidade, básicos, que qualquer pessoa usa em sua casa e que a eles recorre com imensa frequência!

Aplausos do CDS-PP.

V. Ex.^a diz que é preciso fazer um estudo comparativo. Mas, Sr. Sr. Primeiro-Ministro, esse estudo está feito, e V. Ex.^a não o devia desconhecer. As farmácias são obrigadas a ter um estudo comparativo no primeiro trimestre de cada ano. Assim, V. Ex.^a verá a diferença entre o custo no primeiro trimestre de 2005 e no primeiro trimestre de 2006. Mas não veja a diferença do custo da compra dos medicamentos pelas farmácias. Veja é a diferença da venda dos medicamentos ao público com base na receita. É essa a diferença a que me estou referir e, então, vai dar-me razão.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — De resto, noutro debate que tivemos, V. Ex.^a disse que, depois de 1 de Outubro, quando fizéssemos a visita à tal farmácia, porventura à sua ou à minha escolha, se houvesse medicamentos mais caros, dar-me-ia razão. Mas hoje trouxe-lhe vários e não o ouvi dar-me razão.

Aplausos do CDS-PP.

Nesse caso também não cumpre uma promessa!

Como o tempo é escasso, vou só falar de outra coisa que para nós não é demagogia. Trata-se da área da soberania, do Estatuto do Direito da Oposição e da forma como esta maioria socialista, infelizmente, não nos deixa exercer esse Estatuto.

Esta semana, a bancada do Partido Socialista «chumbou» mais um requerimento do CDS-PP com vista à audição de um membro do Governo, neste caso o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino. Para nós, este não é um caso menor, Sr. Primeiro-Ministro! É o único caso em que um governante, em representação do Estado português, se declarou disposto a prescindir, em parte, da nossa soberania. Vou dizer-lhe por que é que assim é, Sr. Primeiro-Ministro: em Espanha, em representação do Governo — foi assim que se apresentou —, o Ministro dos das Obras Públicas, Transportes e Comunicações disse: «Sou um iberista convicto. Temos uma história comum e uma língua comum. Há uma unidade histórica e cultural e a Ibéria é uma realidade que prosseguem tanto o governo espanhol como o português».

Sr. Primeiro-Ministro, se há coisa que não temos em comum é a língua. Lá fala-se o castelhano, aqui fala-se o português. Pelo menos assim tem sido!

Aplausos do CDS-PP.

Quanto à história comum, Sr. Primeiro-Ministro, excepção feita àquele período de governação filipina — para alguns bom, para mim não terá sido tanto, mas é uma questão de opinião —, entre 1580 e 1640, a história foi feita pela diferença, nas batalhas que travámos e no sangue que, infelizmente, derramámos, para garantir a soberania que hoje temos.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, para que não se julgue que a questão é meramente semântica, trouxe o *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*. E sabe o que diz a propósito de iberismo? Sei que lêem pouco o dicionário, mas eu trouxe-o e vou-lhes explicar. Aquele dicionário diz o seguinte sobre iberismo: «ideologia política dos partidários da união política de Portugal com Espanha». O dicionário não consente qualquer outra interpretação. É a única, Sr. Primeiro-Ministro!

Ora, foi isso que o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações proclamou, dizendo que era isso que os governos de ambos os países estavam dispostos a prosseguir e foi a propósito disso que a maioria do Partido Socialista recusou que fossem dadas explicações na Assembleia da República, apesar de o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ter dito que cá queria vir dá-las. Isso é que é particularmente grave!

Sr. Presidente, termino dizendo que igualmente grave é que isso seja apenas mais um exemplo em relação às muitas iniciativas que o CDS-PP tem tomado e que têm vindo a ser recusadas nesta Câmara, violando o Estatuto do Direito da Oposição, que é uma lei que o Partido Socialista também aprovou!

Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, demitiu-se o Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, Major-General Bargão dos Santos, cuja audição foi por nós pedida, tendo sido recusada pelo Partido Socialista! Demitiu-se o coordenador da Unidade de Missão para o Plano Tecnológico, que anunciou a sua discordância com o Governo, e que quisemos ouvir, tendo a maioria socialista recusado! O Director-Geral do SEF, em vez do Ministro da Administração Interna, falou sobre política de imigração, antecipando aquilo que, porventura, há-de ser discutido e que terá de ser legislado nesta Câmara. Quisemos ouvi-lo, mas a maioria socialista recusou-o! A propósito da Comissão de Inquérito à Gestão do Processo Eurominas, queremos *n* audições, tendo sido recusadas pelo Partido Socialista as mais importantes.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado!

O **Orador**: — Termino, Sr. Presidente.

Bem sei que a lista é exaustiva, teria outros exemplos para dar, mas vou ter que terminar.

Demitiu-se o Director-Geral da Polícia Judiciária. O Parlamento quis ouvi-lo, mas o Partido Socialista recusou!

Em relação ao Ministro Mário Lino, supostamente uma questão de somenos, porque está na base daquela doutrina política de quem defende a união de Portugal com Espanha, foi recusada mais uma vez a sua audição.

Sr. Primeiro-Ministro, isto também não é demagogia? Isto é o Partido Socialista no seu pior!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, se acho que o Partido Comunista vê fantasmas de liberalismo económico em todo o lado, também acho que o CDS-PP é useiro e vezeiro em ver fantasmas de ameaça à soberania em todo o lado.

Aplausos do PS.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Essa é a sua opinião!

O **Orador**: — Não sei se têm consciência de quão ridícula é essa pretensão de maior nacionalismo. Todos nós somos nacionalistas e patrióticos! É tão ridícula essa pretensão de uma superioridade moral no que diz respeito à Pátria. Isso é absolutamente ridículo, Sr. Deputado!

A declaração do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações foi absolutamente clara para quem a quis entender. O que o Sr. Ministro disse foi, pura e simplesmente, que, em matéria de infraestruturas, em matéria até de gestão de recursos naturais, como é o caso da água, deveria haver uma visão ibérica, porque se dois países inteligentes querem construir políticas racionais nestes domínios têm de se entender. Foi isso o que ele quis dizer.

Vozes do CDS-PP: — Não foi, não!

O Orador: — Nessa perspectiva, havendo aquilo que une Portugal e Espanha, que eu pensava que ainda era um país irmão — *nuestros hermanos* —, penso ser absolutamente antiquada, não ter razão de ser essa visão desconfiada e mesquinha relativamente a Espanha. E fica-vos mal quanto a uma perspectiva de futuro.

Quando fui a Madrid disse, de facto, que Espanha é a nossa prioridade em termos de política externa. E por uma razão muito simples: é que é cegueira, para não dizer pior, que não se perceba que a grande oportunidade das empresas portuguesas está em Espanha, está no mercado espanhol, que as empresas portuguesas devem ter uma perspectiva ibérica.

Se pensarmos que o mercado ibérico, os mercados espanhol e português juntos são um mercado mais forte e com mais poder de compra do que os 10 novos países do alargamento perceberemos a importância do mercado espanhol para Portugal.

Quando eu disse «Espanha, Espanha, Espanha...» estava apenas a dar este sinal aos nossos empresários. E qualquer estudioso da economia vos dirá que se alguma mensagem política deve ser dada ao mercado português, às empresas portuguesas, é a de que elas podem e devem pensar no mercado ibérico e atribuir-lhe uma prioridade. É, de facto, uma cegueira não se pensar nisso. É, de facto, uma cegueira não definir isso para a nossa economia como objectivo primordial, porque a economia espanhola é a economia que mais está a crescer na Europa, que está confiante, que está pujante e onde podemos obter uma mais-valia para a nossa economia.

Em Portugal pagam-se menos impostos do que em Espanha. E mais: aqui os custos do trabalho são mais reduzidos do que em Espanha.

Penso que Portugal é uma boa plataforma de produção para todo o mercado ibérico, e nós temos de potenciar esta ideia, porque é do interesse nacional, como é do interesse nacional terminar com uma mesquinha e antiquada visão relativamente a Espanha, de um enorme complexo de inferioridade,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só se for o seu!

O Orador: — ... que se manifesta tantas vezes com uma necessidade de superioridade relativamente ao país vizinho.

Applausos do PS.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só se for a sua!

O Orador: — Que visão tacanha, Sr. Deputado! Que visão tacanha!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só se for a sua!

O Orador: — Quanto aos medicamentos, Sr. Deputado, reafirmo os números do Ministério da Saúde, que, aliás, são bem visíveis nesta comparação.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Vai-nos dar razão!

O Orador: — O valor total reduziu-se em 22%....

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não sabe do que está a falar!

O Orador: — Ó Sr. Deputado, acalme-se um bocadinho! Esteja caladinho e oiça, porque vai ver que aprende alguma coisa!

Applausos do PS.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso é má criação! Fica mal a um Primeiro-Ministro!

O Orador: — Enquanto o Sr. Deputado falava, eu estava calado a ouvir. Aliás, com o intuito de aprender, coisa que não consegui. Mas estava calado a ouvir!

Protestos do Deputado do CDS-PP Nuno Teixeira de Melo.

Sr. Deputado, desculpe, mas não vim aqui dar lições de boa educação. O Sr. Deputado, se não se importa, ouve com respeito, tal como eu o oiço! É o que lhe peço. É pedir demais? Por amor de Deus!

Como estava a dizer, valor total reduziu-se em 22%. Se o Sr. Deputado estivesse calmo, ouvir-me-ia e perceberia que não tem razão a sua observação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, o tempo de que dispunha terminou.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

É que a redução do valor do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi apenas de 19%.

Ora, se pensarmos que houve uma redução nas famílias superior àquilo que foi a redução no SNS, só podemos concluir uma coisa: é que esta redução do gasto das famílias foi devida à baixa de medicamentos. E este é um número absolutamente evidente.

Por isso, se o Sr. Deputado tem outro número para contrapor, com base em estudos sérios que tenham sido realizados, faça favor. Mas não venha com esse espectáculo de chicana política e de demagogia política, que é o de trazer para aqui os medicamentos com o objectivo de evidenciar que os medicamentos subiram, quando há 1500 medicamentos. Isso, por amor de Deus, Sr. Deputado, nada prova!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo pede a palavra para que efectue?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Não é para defesa da honra, porque, como V. Ex.^a sabe, não nos ofende quem quer.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — E, seguramente, o Sr. Primeiro-Ministro não nos ofende!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Uso, pois, da palavra, em jeito de interpelação, para dizer apenas ao Sr. Primeiro-Ministro que aqui respeitaremos...

Protestos da Deputada do PS Helena Terra.

Minha senhora, se me quiser ouvir com um bocadinho de calma,...

Protestos do PS.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Minha senhora?!

O **Orador**: — ... tal como o Sr. Primeiro-Ministro acabou de sugerir, talvez não fosse pior!

Protestos do PS.

Sr. Presidente, esta bancada, como sempre, respeitará V. Ex.^a, e muito, na condução dos trabalhos. Sempre que, porventura, achar que nos devemos calar ou não usar da palavra nós fá-lo-emos, mas nunca aceitaremos que o Sr. Primeiro-Ministro aqui se substitua a V. Ex.^a na condução dos trabalhos.

Aplausos do CDS-PP.

Até porque bem sabemos que se o Sr. Presidente o fizesse o faria com educação.

E saiba V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, que o senhor deve ser o primeiro a dar o exemplo em termos de regras de educação,...

Protestos do PS.

... pelo que quando se dirigir a alguém nesta Câmara não deve dizer «esteja caladinho»!

Aplausos do CDS-PP.

Em nenhum país civilizado, pelo menos na Europa, um Primeiro-Ministro se dirige à Câmara ou a um Deputado, dizendo «esteja caladinho». Mesmo que a bancada do Partido Socialista o aplauda e ache isso muito normal, nós não achamos, lamento imenso, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, pensei que não era nada de mais pedir um pouco de silêncio enquanto eu falava.

Protestos do CDS-PP.

Tal como eu faço quando oiço!

Sr. Deputado, desculpe, mas acho que não significa a bancada do CDS este «espectáculo» que o Sr. Deputado faz em todos os debates mensais, apenas com um único objectivo: criar um momento político.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Não tem mais nenhum, tem de criar!

O **Orador**: — Se o Sr. Deputado acha que fica bem a um partido como o CDS essa orientação de transformar o momento da interpelação ao Primeiro-Ministro numa chicana política propositada, o Sr. Deputado faça o seu caminho. Mas digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, esse não é o caminho próprio de um partido responsável.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, registámos as suas primeiras palavras sobre a crise de Timor. Esta bancada compartilha a preocupação com a crise institucional, com a crise de segurança, com a crise social que se vive em Timor. Naturalmente que, com o respeito pleno pela soberania do povo e do Estado timorense, Portugal deve dar o contributo adequado, que vamos discutir hoje à tarde com os Ministros de Estado, aqui, no Parlamento.

Sr. Primeiro-Ministro, as questões sociais, num país que vive em crise, que tem sofrido a decadência, que tem perdido capacidade produtiva, são questões fundamentais. E uma estratégia política para a democracia portuguesa depende, sem dúvida alguma, da grandeza da ambição, da ousadia, da coragem com que se responde às questões sociais.

Por isso, quero colocar-lhe uma questão concreta sobre o que discutimos aqui há um mês, a segurança social, e, naturalmente, responder às medidas que aqui nos apresentou sobre a saúde.

A crise na segurança social é indiscutível. Registo, aliás, que o Governo apresentou um modelo de sustentação financeira, anunciou mesmo que traria à Assembleia um conjunto de estudos em que baseou a sua intervenção, mas que ainda não são conhecidos. Perdemos um mês e não conhecemos ainda os estudos que disse que nos faria chegar.

De qualquer modo, desde então, e quando a máxima prudência e a máxima clareza sobre o sentido das propostas alternativas de desenvolvimento da segurança social seriam necessárias, o Governo veio dar um sinal muito surpreendente, e mesmo estranho, através de uma intervenção de um membro do Governo, presumindo que poderia acabar o décimo quarto mês dos pensionistas.

Como sabe, Sr. Primeiro-Ministro, houve mesmo um comunicado do Ministério das Finanças sobre esta matéria. Não é uma brincadeira! O Sr. Secretário de Estado não estava a brincar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Um desmentido!

O **Orador**: — Um desmentido, exactamente!

O desmentido diz o seguinte: «O tema 'décimo quarto mês' foi abordado em termos teóricos e perante cerca de 30 estudantes».

Gostava, pois, que agora, perante o país, nos explicasse qual é a teoria que leva a que um membro do Governo especule teoricamente, em público, sobre uma tal redução que ele inventou. Repito «que ele inventou». Portanto, não foi a oposição que inventou, foi um membro do seu Governo.

Vale a pena que essa questão fique clara, porque os portugueses estão preocupados com esta matéria,

estão preocupados por saberem que a estratégia da redução da despesa em pensões parece ser o pilar da política do Governo sobre o futuro da segurança social.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Sobre a questão da saúde, Sr. Primeiro-Ministro, registo as suas propostas. Creio que é importante que tenhamos esta discussão.

Existem forças de bloqueio fortíssimas na questão do medicamento e no acesso ao medicamento para os portugueses. A primeira força de bloqueio é a indústria. O Sr. Primeiro-Ministro não gosta que se fale de fantasmas multinacionais — percebo o problema —, mas a indústria farmacêutica em Portugal já foi condenada por duas vezes, porque, nomeadamente no último ano, fez cartelização ilegal, e as empresas que o fizeram, viciando 36 concursos em 22 hospitais chamam-se: Roche, Bayer, Johnson & Johnson, Abbot, etc. A indústria tem, pois, contribuído para subir os preços, nomeadamente por práticas que, felizmente, começaram a ser condenadas em Portugal.

Mas também há outros bloqueios, na distribuição grossista e na distribuição ao nível das farmácias. Hoje em dia, a Associação Nacional das Farmácias, que foi aqui tão elogiada, está em vias de comprar mais de metade da principal distribuidora de medicamentos em Portugal, a UNICHEM, detendo, a partir daí, dois terços do mercado de distribuição.

O Sr. Primeiro-Ministro anunciou-nos um acordo com a Associação Nacional das Farmácias, e as «trombetas soaram», aqui, no Parlamento.

Quero, em primeiro lugar, Sr. Primeiro-Ministro, pedir-lhe que diligencie no sentido da distribuição desse acordo. É que se ele vai ser assinado (e eu tenho a certeza de que o tem na sua pasta) e se tem que ver com matérias da política de Estado e que dizem respeito, naturalmente, ao controlo do Parlamento sobre a actividade pública do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro certamente aceitará distribuir-nos esse acordo, para que o conheçamos.

Entendamo-nos bem, Sr. Primeiro-Ministro: se o acordo trata da discussão com a Associação Nacional das Farmácias da modificação do estatuto jurídico da propriedade da farmácia, acho que fez muito bem. Acho que fez muito bem em negociá-lo, acho que faz muito bem em aplicar essa medida. Mas se o acordo discute, por exemplo, com a Associação Nacional das Farmácias, como é que vai ser a concessão das farmácias nos hospitais, então terá o nosso completo desacordo. Porque não se negoceia com um *lobby* de interesses aquilo que é a decisão pública. E esperarei para ver, com toda a atenção, que o texto seja distribuído, o que certamente fará, porque não vai esperar que o Parlamento, depois de o texto ter sido aqui anunciado, espere pelas 5 horas da tarde para assistir à sua assinatura com o Dr. João Cordeiro.

Assim sendo, Sr. Primeiro-Ministro, quero chamar-lhe a atenção para o facto de que as suas medidas têm um inconveniente, que é a concentração. É correcto, e terá o nosso apoio, que, permitindo a propriedade de farmácias a não farmacêuticos, não possa haver concentração. Tem todo o nosso acordo. Mas chamo-lhe a atenção para que quando permite a venda na *Internet*, uma única farmácia, com motinhas pelo país ou pelas cidades, pode conseguir uma concentração extraordinária da distribuição dos medicamentos. E aí não há restrição nenhuma. A venda, através da *Internet*, por uma farmácia, permite a concentração total da distribuição dos medicamentos.

Chamo-lhe ainda a atenção para medidas concretas que hoje poderiam ser tomadas, a mais importante das quais — aliás, o Sr. Primeiro-Ministro deu muita importância a isso, e acho que fez bem — é a das farmácias hospitalares.

Acontece, Sr. Primeiro-Ministro, que já há farmácias hospitalares. Há farmácias hospitalares públicas, que se encarregam de distribuir os medicamentos que são necessários para os doentes internados. Aquilo a que elas não respondem, naturalmente, é ao ambulatório, à venda ao público. E podemos perguntar se a diferença entre uma farmácia pública que permite vender ao ambulatório e uma farmácia privada que faça o mesmo serviço é vantajosa ou não para o consumidor.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

É evidente que o preço é mais baixo se não for sobrecarregado pelo lucro necessário que faz parte da actividade privada.

Portanto, verdadeiramente, o que aqui está em causa é saber se o seu acordo com o Dr. João Cordeiro inclui ou não, como compensação para as farmácias, esta decisão de lhes atribuir um poder sobre a gestão das futuras farmácias hospitalares privadas em detrimento do desenvolvimento das farmácias públicas ou de farmácias sociais.

Já houve uma altura em que o Partido Socialista tinha cartazes na rua, que anunciam: «100 farmácias sociais». Sabemos agora que não há 100 farmácias sociais, que não vai haver nenhuma farmácia social, mas, porventura, hoje será o «dia nacional Dr. João Cordeiro», e é sobre isso que importa o seu esclarecimento, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, os termos da convergência de princípios entre Governo e a Associação Nacional das Farmácias são todos aqueles que referi, quer no meu discurso inicial, quer nas respostas que já dei aos Srs. Deputados. E vou tranquilizá-lo relativamente às farmácias nos hospitais.

O que está escrito nessa convergência de princípios é exactamente aquilo que o Governo pensa. Nós queremos, nos hospitais, farmácias de venda ao público. Não são farmácias para fornecer medicamentos no internamento, são farmácias de venda ao público, abertas 24 horas por dia, 365 dias por ano e que sejam concessionadas. E concessionadas a privados, porque achamos que assim contribuiremos para a boa qualidade dos serviços, para a integração dessa farmácia no conjunto de rede de farmácias e porque achamos que essa é a melhor forma de gestão desse espaço. A propriedade será do hospital e será concessionada. Esse é o nosso desejo.

Mas nesse concurso público, a fazer naturalmente por cada hospital, deverá ser atribuída uma preferência às farmácias da zona, porque as farmácias da zona é que vão ficar afectadas pela abertura dessa nova farmácia e, portanto, apesar de ser um concurso público, essas farmácias terão preferência na candidatura à concessão de farmácias nos hospitais. É este princípio que está expresso, com o qual o Governo concorda e a Associação Nacional das Farmácias também.

Claro está que a Associação Nacional das Farmácias naturalmente teria outra posição. Acharia que se deveria fazer de outra forma. Por exemplo, achava que era melhor não fazer farmácia nenhuma, como sempre foi a sua posição. Mas a Associação Nacional das Farmácias compreendeu que tinha de chegar a um compromisso, e a um compromisso no sentido de modernizar o sector. A ANF compreendeu que aquilo que defendeu durante décadas não tinha hoje sentido, que o acesso do consumidor ao medicamento estava prejudicado pelo facto de não haver farmácias de venda ao público nos hospitais. E, compreendendo isso — e por isso a elogiei — viu longe, viu que esta situação não se podia manter.

Por exemplo, no que diz respeito à liberalização da propriedade, a Associação Nacional das Farmácias não está de acordo. Mas, percebendo que o Governo quer fazer esta abertura, conversou e discutiu longa e arduamente com o Governo, para que fosse possível convergirmos num conjunto de princípios.

Sr. Deputado, eu trato a ANF como um parceiro social do Governo na área da saúde. Penso que o Governo deve manter um diálogo com a Associação Nacional das Farmácias. Não considero a ANF infrequêntável, não a considero uma associação que não está à altura de poder negociar com o Governo.

Acho que o dever de um Governo é o de negociar e assumir as divergências com clareza, mas também o de ser capaz de construir a convergência que é necessário construir, porque este sector das farmácias é um sector que tem qualidade, que nós não queremos deitar fora. O que queremos é melhorar ainda mais essa qualidade.

É por isso que, do nosso ponto de vista, esta verdadeira ruptura com o passado em termos farmacêuticos é acrescentada se fizermos isto num espírito de diálogo e de concertação com a Associação Nacional das Farmácias. Porque a execução destas medidas será mais benéfica para o sector e para os consumidores se for, de certa forma, concertada em termos de convergência de princípios. Foi isto que fizemos. E honra qualquer governo dizer o que quer fazer, mas ter também a capacidade de negociar com o sector.

Depois, Sr. Deputado, falou na segurança social. Em relação a esta matéria, noto, pela primeira vez, que o Sr. Deputado diz que há uma crise indiscutível. Estou de acordo e, portanto, anoto um ponto de convergência. Por outro lado, também tenho de dizer que o Bloco de Esquerda foi a única força política — o Partido Comunista também tinha apresentado propostas, mas um pouco mais vagas — que apresentou uma projecto de lei em concreto para responder ao problema da crise. Este é outro ponto de convergência. Temos, portanto, dois pontos que podemos partilhar.

Ambos, pois, reconhecemos que há um problema, que há um problema sério. E aqui, sim, justifica-se a palavra «crise», porque «crise» tem o significado de ruptura iminente e, havendo um ruptura iminente, é preciso uma resposta. Ora, o Bloco de Esquerda apresentou a sua resposta, e felicito-o por isso, Sr. Deputado, mas quero dizer-lhe que não estou de acordo com a sua proposta, tal como o senhor não está de acordo com a minha.

Mas não apresento a minha proposta como uma proposta fechada, queremos discuti-la com todos, estamos disponíveis para a discutir com todos, mas não estou de acordo que a solução para a segurança social deva passar por mais um aumento de impostos, que é, na prática, a consequência da sua proposta, em particular para a classe média. Com isso não estou de acordo.

Assim como não estou de acordo — e já lhe disse isso num outro dia — que o aumento do imposto sobre as empresas com maior valor acrescentado, isto é, que têm mais produtividade, afecte essas empresas só para resolver o problema da segurança social, porque acho que isso se pagaria em termos de diminuição da produtividade e da competitividade e em desemprego. É por isso que não estamos de acordo com a sua proposta, mas estamos muito disponíveis para debater ambas as propostas e apresentar os nossos pontos de vista.

Já apresentámos na concertação social todos os estudos que foram pedidos, os quais teremos o maior gosto em enviar para todos os grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que conclua.

O **Orador**: — Mas quero recordar-lhe, Sr. Deputado, que o estudo principal foi aquele que enviámos para a Assembleia da República e que acompanhou o último Orçamento do Estado.

Finalmente, quanto ao desmentido — e peço ao Sr. Presidente mais uns segundos —, quero dizer-lhe o seguinte: Sr. Deputado, essa notícia foi desmentida! Essa notícia é falsa.

O Sr. Secretário de Estado, num debate na Academia de Coimbra, referiu-se ao 14.º mês apenas como uma das medidas generosas para a segurança social, para a construção do sistema de segurança social, a par de outras, que contribuíram para que a nossa segurança social, sendo uma segurança social generosa, não tenha agora condições de sustentabilidade, que temos de lhe dar.

Por isso, a notícia é absolutamente falsa, e é lamentável que o Sr. Deputado traga aqui essa questão depois de o Sr. Secretário de Estado ter andado toda a tarde daquele dia a desmentir essa notícia, porque, realmente, ele não fez essa afirmação nem isso nunca passou pela cabeça do Governo ou do Sr. Secretário de Estado. Espero que isto o conforme, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã (BE)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não sei se é reconfortante saber que o Secretário de Estado se refere publicamente, em termos teóricos, a matérias que nunca lhe passaram pela cabeça, mas o facto é que o fez e o facto é que, tendo-o feito, veio desmenti-lo, dizendo que só o tinha tratado em termos teóricos. Poderia haver cuidado, poderia haver preocupação e poderia haver rigor.

Dito isto, Sr. Primeiro-Ministro, o que nos propôs na última intervenção que fez aqui no Plenário é muito diferente dos estudos sobre a sustentabilidade da segurança social, que o Governo já tinha apresentado um pouco antes e no Orçamento do Estado anterior, porque o que esses estudos tratavam era o horizonte temporal das dificuldades financeiras do sistema.

Mas o que o Sr. Primeiro-Ministro fez na última vez foi apresentar um conjunto de propostas, entre as quais duas, uma que já se conhecia e a outra que era nova. A que já se conhecia era a alteração da fórmula de cálculo; a que era nova acrescentava um factor de sustentabilidade que, no exemplo da projecção que nos deu, penalizaria as pensões em 5% ou levaria a um aumento do tempo de trabalho em alguns meses. Foi sobre esse cenário que o Sr. Primeiro-Ministro se comprometeu a trazer-nos os estudos que suportavam o seu exemplo. E isso não fez!

No entanto, outros estudos que surgiram desde então demonstraram que o efeito do factor de sustentabilidade seria não de 5% de penalização das pensões mas de 8% a 13%. Ora, isto importa, porque hoje as pensões são de cerca de 80% a 82% dos salários médios dos últimos anos dos trabalhadores. E os estudos indicam que a estratégia do Governo concentrada na redução da despesa e, portanto, na redução do pagamento de pensões reduz para 60% esse pagamento, ou seja, afecta em 20% as pensões. É isto que nós contrariamos.

E contrariamos, apresentando um modelo alternativo, porque não nos conformamos com uma sociedade em que só metade do rendimento nacional é que contribui para as pensões de todos os trabalhadores. Não tem qualquer sentido, do ponto de vista democrático, que só metade do rendimento, que são os salários dos trabalhadores, é que contribua para a pensão de todos, quando a outra metade, que são os rendimentos de capital, não contribui. E esta é uma questão de democracia económica e de clareza política.

Entretanto, o Sr. Primeiro-Ministro não disse uma palavra sobre se nos entregaria ou não o acordo que vai assinar com a Associação Nacional das Farmácias. Presumo que não o fará. Mas acho que já se percebeu: o Sr. Primeiro-Ministro trocou a liberalização da propriedade das farmácias pela concessão, por via da Associação Nacional das Farmácias, das farmácias hospitalares. Acho que essa troca é errada e que hoje precisávamos de uma política de saúde que se concentrasse no essencial.

Porque assumo as responsabilidades que todos os partidos têm de ter, e que o Bloco de Esquerda seguramente tem, quero indicar o que, na nossa opinião, são as estratégias condutoras a uma política de medicamento e de saúde alternativa à que formulou. Duas delas, aliás, estão no Programa do Governo, e, como nós concordamos com esses pontos, insistimos neles.

Em primeiro lugar, todos os medicamentos prescritos e comparticipados no Serviço Nacional de Saúde deviam ser prescritos pela denominação comum internacional. O Sr. Primeiro-Ministro tem uma frase elíptica no seu discurso, diz que «vai avançar nesse sentido» — neste momento, isso aplica-se aos medicamentos genéricos e não se aplica a todo o Serviço Nacional de Saúde. Em relação a isso estamos de acordo e gostaríamos que se fizesse.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Orador: — Em segundo lugar, e ainda com mais implicação, o Programa do Governo previa um formulário nacional dos medicamentos para o ambulatório. Estamos de acordo. Mas isso não é proposto hoje. Porque era o que previa que se estabelecesse, através de uma central de negociação, a compra de medicamentos mais baratos a serem prescritos no Serviço Nacional de Saúde. Essa medida não aparece, apesar de estar no Programa do Governo. Defendemos, da mesma forma, a produção própria ou a importação, que, aliás, é permitida ao nível da União Europeia, e uma política de farmácias hospitalares de distribuição de medicamentos.

Mas, sobre isto, o caminho que o Sr. Primeiro-Ministro aqui nos anuncia não é o caminho do Governo, é o caminho de um governo que acha que a sua política deve ser negociada com uma Associação. O Sr. Primeiro-Ministro deve discutir com a Associação. Não é infrequentável? Com certeza que não! Mas V. Ex.^a não vai negociar o PIDAAC com a associação nacional de construtores civis, pois não?! Não deve negociar a política do Governo com a Associação Nacional das Farmácias, pois não?! V. Ex.^a estabelece a política do Governo. E há quem concorde e quem discorda! Nós poderemos concordar ou discordar! Mas eu gostaria de ter um Governo, mesmo discordando dele, em relação ao qual tivesse a certeza de que afirma a sua política e de que a sua política não é negociada com um *lobby* de interesses.

Applausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, lamento que V. Ex.^a utilize tantas vezes insinuações de ver negociações negativas e presunções de que se passou alguma coisa que se quer esconder em todo o lado. Lamento! É recorrente em si!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Mostre-nos o acordo!

O **Orador**: — O Sr. Deputado insiste, está no seu direito, mas, francamente, acho que já era altura de lhe pedir um pouco mais de seriedade política nestes debates.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Dê-nos o acordo!

O **Orador**: — Ó Sr. Deputado, se quer o acordo, eu dar-lho-ei! Vai ser assinado às 17 horas!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Só dá depois de assinado!

O **Orador**: — É para lhe tirar esse argumento, porque o Sr. Deputado está sempre a ver fantasmas em todo o lado!

Esse acordo vai ser assinado de forma transparente entre o Governo e a Associação Nacional das Farmácias.

O Sr. Deputado insinua que houve aqui uma troca e diz: «eles deram-lhes a propriedade da farmácia e vocês deram as farmácias hospitalares à Associação Nacional das Farmácias».

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Claro!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Está na cara!

O **Orador**: — É falso, Sr. Deputado!

Existe na sua cabeça! É falso! E o senhor disse uma mentira, peço desculpa! Não é verdade! Nada das minhas palavras o autorizava a tirar essa conclusão!

O que vai acontecer é que a administração do hospital vai fazer um concurso público, em que será dada preferência às farmácias da zona, onde a Associação Nacional das Farmácias não interfere em lado algum.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Isso é o que está no acordo!

O **Orador**: — Por isso, Sr. Deputado, nada o autoriza a fazer a presunção de que houve um negócio!

Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas acho que em muitos sectores da governação o Governo tem o direito e o dever de fazer negociações com parceiros sociais, de discutir com eles as medidas que pretende tomar, sem abdicar do seu ponto de vista, do seu caminho, das suas orientações, e de concertar com eles, porque é melhor para a efectivação das medidas e para a sua consequência se isso for feito num clima de concertação.

Não se pode é criticar o Governo quando negoceia e criticar o Governo quando não negoceia, dizendo

que o Governo é arrogante. As duas críticas é que não! Ou, então, o Sr. Deputado, que é o que me parece verdadeiro, acha que há parceiros bons e parceiros menos bons. O Sr. Deputado, como gosta de ter uns inimigos, a ANF faz parte desses seus inimigos de estimação, que o Sr. Deputado nunca classifica como associação que defende os seus legítimos interesses, mas como lobistas, que devem ter algum interesse escondido.

Protestos do BE.

Eu não conheço os interesses escondidos, mas se o Sr. Deputado os conhece, faça favor de dizer quais são!

Eu acho que a Associação Nacional das Farmácias defende os seus pontos de vista, os seus interesses. Nós estamos em desacordo com eles em muitos aspectos. A maior parte destas reformas são feitas contra a sua opinião, mas são uma associação que tem uma visão de futuro, a lucidez e a responsabilidade de perceber que é preciso, apesar de tudo, dialogar com o Governo, porque estas mudanças vão fazer-se. E se eles tivessem uma outra posição, essa posição era contrária ao seu próprio interesse e ao interesse nacional. É por isso que eu acho que é de elogiar uma Associação que, apesar de tudo, tem uma boa visão de futuro e se comporta à altura dos tempos e com grande responsabilidade.

Aplausos do PS.

No que diz respeito à segurança social, o Sr. Deputado diz que apresentámos duas propostas e que a segunda... Apresentámos mais propostas, mas, de facto, a mais importante — não me refiro à antecipação da fórmula de cálculo — é a que se refere ao factor de sustentabilidade.

Mas, Sr. Deputado, terminemos com a demagogia, é preciso dizer-lhe isto: o Sr. Deputado anda a dizer em todas as intervenções públicas que esta fórmula de cálculo vai fazer descer as pensões. Sr. Deputado, isso não é verdade! O que esta fórmula vai fazer é impedir o crescimento das pensões como tem sucedido até aqui.

Risos do BE.

As pensões vão continuar a crescer, mas vão crescer menos.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Vão crescer para baixo!

O **Orador**: — Isto é, as pensões que hoje existem vão continuar a crescer, mas a um ritmo menos elevado.

Mais: a alternativa não é apenas crescer menos, porque as pessoas que quiserem trabalhar mais terão exactamente a mesma pensão que teriam se esse factor de sustentabilidade fosse anulado. Portanto, é preciso clarificar.

Eu sei o que é que o Sr. Deputado pretende! O Sr. Deputado pretende dizer aos portugueses que, relativamente às pensões de hoje, vão ter pensões menores. Isso não é verdade! As pensões vão continuar a evoluir no sentido do crescimento. Não crescerão, se as pessoas não aceitarem trabalhar mais, é ao ritmo que estão a crescer. Porque, de facto, não existe qualquer solução apenas do lado do aumento da receita que possa estar à altura dos nossos compromissos na segurança social. As nossas despesas com a segurança social estão a crescer 8 a 9% ao ano.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Acho que é a altura de termos um mínimo de responsabilidade e olharmos também para este debate com seriedade e dizermos exactamente o que vem nos estudos. Por isso, Sr. Deputado, temos de considerar estudos com estudos, resultados com resultados e não cedermos à tentação de apresentarmos apenas tiradas demagógicas que nada ajudam a um debate sério.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Partido Ecologista «Os Verdes» deseja também manifestar publicamente a sua preocupação relativamente à situação vivida em Timor Leste.

Entendemos, e já tivemos ocasião de dizê-lo, que uma intervenção armada é sempre um último recurso, ainda que a pedido do governo legítimo de Timor Leste. Consideramo-la uma manifestação preocupante de

que, de facto, a democracia ainda não está plenamente consolidada nem estabilizada em Timor Leste, o que implica, naturalmente, a necessidade de também Portugal assumir as suas responsabilidades no apoio à consolidação social desta jovem democracia, que não se fará certamente apenas com o envio de forças policiais de segurança. Todavia, atenta a gravidade da situação, entendemos que ela seria possível de se realizar no quadro da ONU.

Relativamente ao tema que o Sr. Primeiro-Ministro nos decidiu trazer hoje, a questão do acesso aos medicamentos, gostaríamos de dizer que é uma questão importante para a saúde dos portugueses, e cada vez mais virá a sê-lo, certamente, como passo a explicar.

É que temos assistido, da parte do Governo, a um conjunto de medidas economicistas e liberalizadoras numa linha ilógica que tem norteado a sua acção e a do Ministério da Saúde de progressiva redução do papel e da responsabilidade do Estado numa das mais fundamentais questões sociais do Estado, que é o direito fundamental aos cuidados de saúde. Essas medidas são conhecidas: o encerramento dos serviços, de SAP, de CAP, de salas de parto e de vários serviços em hospitais, operando uma concentração que traz grandes desvantagens, porque afasta os serviços das populações, em lugar de os aproximar.

E é preciso dizer que não basta ter qualidade, Sr. Primeiro-Ministro, se os serviços não estiverem junto das populações para as servir. Em nada adianta ter uns serviços com qualidade, se eles não estiverem ao serviço das populações. Isso é fundamental.

Essas medidas, de facto, não têm promovido a aproximação desses serviços às populações, antes pelo contrário.

Perante esta situação, que vai degradar, temos a certeza, a saúde dos portugueses, o Governo propõe, em termos de proximidade das populações, as farmácias, respondendo assim com medicamentos, de que os portugueses, certamente, vão precisar, mais do que nunca, para fazer face à degradação dos serviços de saúde e do papel preventivo que estes deveriam desempenhar.

Mas estas questões o Sr. Primeiro-Ministro não decide trazer à Assembleia da República. Decide trazer a questão dos medicamentos, a questão da assumpção de empresarialização do Estado, como já aqui hoje reconheceu, de que afinal os hospitais EPS são praticamente semelhantes aos hospitais SA, porque na sua gestão atendem a princípios empresariais, a princípios de gestão eficiente e não, necessariamente, à preocupação do melhor serviço às populações e à resposta às necessidades das populações. O Sr. Primeiro-Ministro já reconheceu isso aqui na resposta que deu ao PSD, aliás demonstrando a proximidade e a continuidade em termos políticos que une as duas forças políticas.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, sendo certamente importante alargar o acesso dos medicamentos à população, tal não se faz apenas com a abertura de mais farmácias, mas com a existência de medicamentos à venda nessas farmácias a preços justos e acessíveis. E, a esse nível, uma política de redução de comparticipações, quer a nível do genéricos quer dos outros medicamentos, que o Governo tem aplicado, representam a transferência de ainda mais custos para as famílias portuguesas, que já são das que mais pagam, em termos comparativos com o resto da Europa.

Mas também em relação à descomparticipação, convém lembrar que se há medicamentos que foram descomparticipados, desconhece-se que novos medicamentos é que foram sujeitos às novas comparticipações por forma a ocupar o lugar daqueles, relativamente aos quais já se reconheceram terem princípios activos convenientes para a saúde pública. Aliás, no que toca a esta questão, convém lembrar que o Governo revogou uma portaria que elevava de 40% para 70% a comparticipação dos fármacos combinados para asmáticos, que têm efeitos não só a nível da asma mas também das alergias respiratórias, questão cada vez mais preocupante.

Esses fármacos são muito caros, com um custo directo muito elevado para os utentes, e são cada vez mais importantes, não só por causa da asma mas por causa das questões alérgicas. Aliás, recentemente, um estudo da Organização Mundial de Saúde divulgava uma correlação entre as alterações climáticas e a saúde, designadamente com esta questão das alergias e das asmas. Por isso, gostaria de saber se o Sr. Primeiro-Ministro não considera que seria importante repor a comparticipação dos 70% para aqueles fármacos.

Finalmente, uma outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, que não posso deixar de lhe colocar, porque me parece profundamente importante e que tem a ver com os organismos geneticamente modificados. O Sr. Primeiro-Ministro sabe que esta é uma questão preocupante, Os Verdes já a têm levantado, e prende-se com a questão da salvaguarda da biodiversidade no nosso país.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Exactamente!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro sabe que a lei prevê, explicitamente, a possibilidade da criação de zonas livres de transgénicos e saberá, certamente, que houve uma declaração conjunta para a criação de uma dessas zonas, assinada por 13 concelhos: Mora, Aljezur, Cadaval, Ponte da Barca, Coimbra, Odemira, Sintra, Alenquer, Arouca, Soure, Moita, Moura e Mértola. Vários municípios têm, de facto, tomado medidas nesse sentido.

Acontece que, muito recentemente, a Secretaria de Estado do Ambiente proibiu expressamente o Parque Nacional Peneda-Gerês de se associar a uma dessas declarações. Isso parece-nos extremamente

grave e não compreendemos qual a razão de ser.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Tem de explicar!

O **Orador**: — Se o Sr. Primeiro-Ministro concorda connosco que o princípio da precaução é fundamental,...

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... se concorda connosco que a biodiversidade é um interesse fundamental de salubridade das áreas protegidas e designadamente dos parques nacionais, perguntamos porque é que foi tomada esta medida, porque é que o Parque Nacional Peneda-Gerês foi proibido de se associar a este tipo de medida?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, começo por responder à última questão que colocou.

Eu já tinha ouvido falar em zonas livres de armas nucleares; vejo que, agora, evoluímos para zonas livres de transgénicos. Considero tão ridículas e tão obsoletas as anteriores como estas. Isto revela, francamente, um preconceito que não consigo entender.

O problema dos transgénicos no mundo prende-se fundamentalmente com razões de segurança de testes e razões que têm a ver com a publicidade que é feita, com a informação ao consumidor. É muito importante que todos os transgénicos sejam claramente identificados, até para serem seguidos, mas também para que o consumidor saiba que está a comprar está a comprar um produto transgénico. Mas a questão essencial é que na sua elaboração sejam seguidas todas as boas práticas de testes, capazes de garantir a segurança desses produtos.

Como sabe, foi durante a presidência portuguesa da União Europeia que a Europa conseguiu uma negociação muito difícil com os Estados Unidos da América — e com o Grupo *Umbrella*», que, na altura, acompanhava os Estados Unidos da América —, a Argentina e outros países que não queriam que estes OGM tivessem um regime de testes porque os tornava mais caros. Mas foi a pressão europeia que conseguiu que a Conferência de Montreal tivesse êxito e que, hoje, os genéticos existentes no mundo tivessem o nível de segurança próprio das regras europeias dos princípios europeus, que têm a ver com o Protocolo de Biosegurança, que o Sr. Deputado conhece.

Estes OGM estão, pois, já regulados internacionalmente e devem continuar no mercado sem qualquer preconceito, porque estamos agora seguros quanto aos testes e também quanto à qualidade. E com transparência, naturalmente.

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

É por isso que o consumidor deve agora escolher, em função do seu próprio desejo, se quer ou não o OGM.

Mas transformar isto numa questão ideológica contra a modificação genética...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Está na lei!

O **Orador**: — ... e apelar para as zonas livres de transgénicos é uma coisa que me parece um pouco caricata e até obsoleta.

Noto também que o Sr. Deputado entende que gestão eficiente é incompatível com gestão pública. Neste ponto, afastamo-nos, Sr. Deputado.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — É uma questão de prioridades!

O **Orador**: — Prioridades?! Então, a Administração Pública não tem como prioridade uma gestão eficiente? Para o Sr. Deputado não, a Administração deve ter como prioridade outra coisa, mas nunca ser eficiente! Deus nos livre de ser eficientes! Isso é horrível! — entende o Sr. Deputado.

Por amor de Deus, Sr. Deputado!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Eu não disse isso!

O **Orador**: — Eu ouvi bem o que disse.

O Sr. Deputado tem de reconhecer que é completamente inaceitável, para quem defende uma presença do Estado na economia, que o Estado deva desistir de ser eficiente. E ser eficiente é, hoje, condição fun-

damental para servir melhor as pessoas e para aplicar bem o dinheiro dos contribuintes.

Portanto, se o Sr. Deputado entende que devemos desistir de combater o desperdício, de ser eficientes, acho que pensa mal.

Protestos de Os Verdes.

Entendo que a gestão pública tem de ter os instrumentos capazes de responder àquilo que são os desafios da gestão eficiente e moderna.

Finalmente, Sr. Deputado, está enganado se pensa que um sistema, principalmente de blocos de partos, pulverizado por todo o País e muito próximo produz melhores resultados do que um sistema mais concentrado. Entendo exactamente o contrário. Os últimos 20 anos mostraram que a relação entre poucos blocos de partos mais capazes, mais eficientes e mais apetrechados e uma diminuição da mortalidade infantil é uma relação positiva e por isso é este o caminho que devemos prosseguir. Mais proximidade e mais pulverização significaria aceitar mais risco e um maior índice de mortalidade infantil.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu não disse que a Administração Pública não deve ter uma gestão eficiente.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Não?!

O **Orador**: — Não.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — É preciso ouvir!

O **Orador**: — O que eu disse foi que não adianta termos gestão eficiente, serviços com qualidade, e não os ter ao serviço da população. É que uma gestão pode ser muito eficiente do ponto de vista económico, ou seja, no livro do «deve e haver» as contas batem certo e até se reduzem os custos, mas pode ser absolutamente ineficiente no serviços às populações. E foi desse tipo de preocupações que eu falei, Sr. Primeiro-Ministro. Do serviço às populações, do interesse público de prestar cuidados de saúde às populações. Essa é que é a nossa preocupação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro disse que Os Verdes têm preconceitos. Eu até estranhava que o Sr. Primeiro-Ministro não falasse nisso!...

Risos do Deputado do PCP Bernardino Soares.

Mas o certo é que o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu à minha questão.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Pois não!

O **Orador**: — Disse que os OGM são seguros, o que é preciso é garantir informação ao público... Mas, Sr. Primeiro-Ministro, é o vosso diploma que, expressamente, prevê a criação de zonas livres de OGM.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É verdade!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente! É verdade!

O **Orador**: — E o Sr. Primeiro-Ministro também reconheceu que é necessário ter precaução na introdução deste tipo de organismos no ambiente.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É verdade!

O **Orador**: — Ora, se se deve ter precaução em campos agrícolas normais, que diremos em áreas protegidas onde a biodiversidade é um dos mais importantes valores a proteger?!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Claro!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro não respondeu a esta questão nem respondeu a uma outra sobre a postura da Secretaria de Estado do Ambiente ao proibir o Parque Natural da Peneda-Gerês de aderir a esta iniciativa. Não percebemos porque é que não respondeu. Não sabemos se tem receio.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Responda agora. Tem outra oportunidade!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro falou, ainda, de informação ao público e eu gostava de lhe lembrar que há um conjunto de acções que deveriam ser discutidas em público. Este Governo do PS tem de melhorar a sua postura nesta área.

Estou a recordar-me, por exemplo, dos planos regionais de ordenamento florestal (PROF). Desde o início deste ano até ao momento, nove destes planos já encerraram o período de discussão pública com uma participação francamente pobre, o que nos preocupa porque não tem havido sessões públicas de esclarecimento livremente abertas à população, onde as pessoas possam ser informadas das implicações desses planos.

Estou a recordar-me, também, da Rede Natura 2000, em que não houve um conveniente esclarecimento e informação relativamente a matérias relacionadas com ambiente às populações, muitas vezes as populações que mais são afectadas por esses planos, que são as populações que estão mais isoladas e têm menos acesso a informação.

Entendemos que seria preciso um esforço do Governo, que é o principal responsável em termos de regulamentação desse tipo de instrumentos, para garantir a adesão das populações e o seu total sucesso. Parece-me que não tem havido uma vitória nesse sentido.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro — e vou ser rápido —, queria levantar a seguinte questão: existe, na costa da Região Autónoma da Madeira, uma situação de extração de inertes por succção e dragagem em batelões divididos por sete zonas, que está a ser feita com impactos profundos na estabilidade dos fundos marinhos, na fauna piscícola e na flora da região costeira e, também, na erosão da orla costeira e de edificações existentes junto à mesma. Esta extração de inertes está a ser feita, parece-nos, à margem da lei.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Foi autorizada pelos órgãos regionais numa zona que é considerada um bem de domínio público, portanto, da responsabilidade do Estado, sendo que só o Estado poderia licenciar esse tipo de extração, tendo sempre em atenção que deve ser feito única e exclusivamente onde é absolutamente necessário para acautelar questões de segurança e não por razões meramente economicistas.

Além disso, desconhece-se a forma como está a ser feito o acompanhamento e a fiscalização dessa situação. Parece-nos, pois, que o Governo deveria ter uma acção forte e determinada na resolução desta questão.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, o Sr. Deputado invoca o princípio da precaução, princípio europeu, mas tem de compreender que a Europa não aceita um princípio europeu que seja o da Europa livre de transgénicos. Não há esse princípio.

Protestos da Deputada do BE Heloísa Apolónia.

O princípio da precaução destina-se apenas a assegurar as boas regras e as boas práticas. Antes de o produto transgénico entrar no mercado devem ser garantidos os testes para asseverar a sua segurança e qualidade. É isso que deve ser feito.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — E as zonas livres?!

O Orador: — Sr. Deputado, as zonas livres de transgénicos não estão regulamentadas pela simples razão de que a Europa não concorda com a sua existência em toda a Europa.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Mas quem é que falou da Europa? Falei de um parque natural!

O Orador: — E devo dizer-lhe também que o que devemos fazer é ter atenção e precaução — aí, sim,

precaução — no cultivo aplicando as boas regras e deixarmo-nos de *slogans* que nada significam!

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Já percebi que a Sr.^a Deputada está desejosa por falar, mas tenha um pouco de paciência.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Isso significa que não vamos ter zonas livres?!

O **Orador**: — Isso significa, Sr.^a Deputada, que o que devemos fazer é aplicar as boas regras de precaução no cultivo de transgénicos e não construir *slogans*...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Não são *slogans*, está na lei!

O **Orador**: — ... de zonas livres de transgénicos, porque o que as pessoas precisam e o que Europa lhes oferece, numa negociação muito difícil, como já disse, é que todas as exigências de testes prévios à entrada no mercado e todas as boas regras de publicidade de colocação no mercado sejam seguidas em Portugal para defender quer a segurança, quer a saúde pública dos consumidores, quer também o ambiente.

Finalmente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, eficiência significa servir melhor as pessoas, prestar melhores serviços com mais qualidade e com menos custos. Esse é o objectivo da eficiência. E nenhum serviço público está dispensado dessa tarefa. Isso não é economicista, como diz, porque a economia diz respeito também a essa ciência, que é dar o melhor uso aos recursos limitados que temos. Porque os recursos são limitados temos de os aplicar. Se o Sr. Deputado estivesse tão interessado em bons serviços e em servir bem a população, porque, como sabe, esses serviços são financiados por todos nós através dos impostos, então estaria de acordo com o Governo em que é preciso fazer mudanças no sentido de tornar esses serviços mais eficientes.

Sr. Deputado, há políticas que beneficiam na sua qualidade pela proximidade — o apoio a idosos, por exemplo —, mas há políticas que são prejudiciais se houver demasiada pulverização e não concentração.

Peço-lhe, Sr. Deputado, que, honestamente, reconheça que estes 20 anos lhe ensinaram alguma coisa, que o Sr. Deputado nestes 20 anos aprendeu alguma coisa em termos de saúde materno-infantil. Nestes 20 anos, ganhámos concentrando os blocos de parto. Por isso, esta política vai no bom sentido, se queremos prestar melhores serviços.

O Sr. Deputado não reconhece que são um pouco anacrónicas as suas declarações que repetem apenas as de há 20 anos,...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — ... tendo entretanto havido uma evolução com uma realidade que se «mete pelos olhos adentro», que se impõe com clareza a qualquer espírito? Como disse, a qualquer espírito livre de preconceitos, porque é preciso ter abertura de espírito para reconhecer o que a realidade nos diz, isto é, que essa concentração foi benéfica para o País!

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar a segunda volta de perguntas, pelo que pedia a observância dos tempos e a compreensão dos Srs. Deputados e do Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, voltemos aos genéricos.

A importância dos genéricos é inquestionável: são medicamentos mais baratos e, como tal, vão ao encontro dos interesses e das necessidades das populações mais pobres, mais desfavorecidas. Daí que, desde a sua implantação no mercado dos medicamentos, a sua quota de mercado tenha aumentado de forma sistemática, contínua, com grande pujança, porque, de facto, as pessoas precisavam de medicamentos mais baratos.

Chegados a Novembro de 2005, o seu Governo decidiu terminar com um incentivo aos genéricos. E os resultados objectivos (já podemos olhar para os números e ter uma noção daquilo que realmente se passou) são estes: o mercado que vinha crescendo mais de 50% ao ano, nos últimos meses, estagnou, a quota dos genéricos ronda os 14% — em Janeiro foi 14,5%, em Fevereiro 14,4%, em Março 14,8% e em Abril 14,7%. Ou seja, de uma forma clara, a medida que o Governo tomou prejudicou objectivamente o crescimento do mercado de genéricos e claramente o acesso a mais medicamentos por parte de famílias desfavorecidas, que tanto precisam.

O segundo ponto, também sobre esta matéria, é o das alterações às receitas médicas. O modelo que existiu até agora permitia claramente que o mercado de genéricos ganhasse ainda mais força e a partir de

agora colocam a montante essa decisão.

Gostaria de saber que garantias tem este Governo de que essa medida vai aumentar, de forma clara e objectiva, o número de genéricos no mercado e disponibilizar medicamentos mais baratos a quem tanto precisa.

Sejamos claros, Sr. Primeiro-Ministro: objectivamente, o seu Governo não gosta de genéricos...

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — ... e um Governo que se diz socialista deveria ter, acima de tudo, a preocupação de governar para os mais desfavorecidos, para aqueles que mais necessitam. Ou seja, o seu Governo deveria estar, desde o início, ao lado dos genéricos, e claramente não está.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — As medidas que o seu Governo tem tomado nestas áreas não servem os interesses dos mais desfavorecidos, dos mais pobres. Podem servir outros interesses, mas os daqueles que mais precisam não são tidos em conta. De uma forma muito linear, permita-me que lhe diga que não são consideradas as necessidades daqueles que mais precisam.

A terminar, não posso deixar de levantar um terceiro ponto. O Sr. Primeiro-Ministro tem a competência de convocar o Conselho Interministerial do Combate à Drogas e à Toxicodependência para aprovar o Plano Nacional Contra a Drogas e as Toxicodependências, documento estratégico importantíssimo que esteve seis meses à espera de agenda. Esteve seis meses à espera que os senhores tivessem meia hora ou uma hora disponível para o aprovarem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O **Orador**: — Gostaria de saber se vai usar da mesma forma a competência que tem para aprovar o plano de acção, que é aquilo que põe no terreno, junto das populações, os instrumentos de combate à droga.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que os factos falam por si:...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não falam. São estes!

O **Orador**: — ... o PSD, na discussão que aqui tivemos sobre o fim da comparticipação acrescida para os genéricos, afirmou que, em Portugal, a quota dos genéricos iria baixar, que isso seria o fim dos genéricos.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Para já parou, mas vai baixar!

O **Orador**: — Foi o que os senhores disseram! Hoje, já reconhecem que ela está a crescer, mas mais timidamente.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não. Baixou!

O **Orador**: — Sr. Deputado, oiça.

Entre Janeiro e Abril de 2005, a quota situava-se em quanto? Em 11,7%. Contudo, entre Janeiro e Abril de 2006, situa-se em 14,7%.

Protestos do PSD.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mas a vossa medida foi tomada no final do ano!

O **Orador**: — Srs. Deputados, importam-se de ouvir com serenidade? Sei que ficam muito excitados cada vez que se apresentam os números. Tenham calma.

Portanto, concordamos...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não! De quando é a vossa medida? É do final do ano!

O **Orador**: — ... que, num ano, a quota passou de 11,7% para 14,7%. Portanto, não podem dizer que não subiu.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não é verdade! Tem de ser sério!

O **Orador**: — Ó Sr. Deputado, acalme-se!

Passar de 11,7% para 14,7% não é uma estagnação, é uma subida!

Por outro lado, a associação de fabricantes de genéricos, nas suas previsões, afirma que o peso total da venda de genéricos — e eles são os mais interessados — vai atingir 20% até ao fim do ano. Portanto, isso confirma a perspectiva do Governo de que...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Deus o oiça!

O **Orador**: — ... a majoração de 10% na comparticipação já não estava a fazer aquilo que deveria, já não era um instrumento de promoção,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não se vê!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não é isso que os números dizem!

O **Orador**: — ... (era esse o seu objectivo) e que podíamos facilmente desistir dele, porque o crescimento estava agora assegurado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Depois, estagnou!

O **Orador**: — Não sei se o Sr. Deputado esteve atento ao que eu disse, pelo que repito: dois dos pontos essenciais da reforma que aqui anunciei e que é uma das mais ambiciosas neste domínio, são justamente o alargamento da prescrição por denominação comum internacional e a venda dos medicamentos em unidose nas farmácias. Queremos estender e generalizar! Essa é a nossa vontade! E este é o nosso empenhamento, porque temos a certeza de que vai a benefício dos consumidores.

Contudo, vamos manter uma regra, que é a seguinte: quem prescreve medicamentos é o médico, ninguém mais do que o médico.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Isso já sabemos!

O **Orador**: — Mas uma das obrigações que as farmácias vão ter é a de, no caso de ser possível substituir o medicamento com autorização do médico, fornecerem o medicamento mais barato.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Se o médico autorizar!

O **Orador**: — Agora, não são obrigadas, mas sê-lo-ão no futuro.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Quando essa possibilidade for aberta pelo médico — sei que os Srs. Deputados não querem ouvir, mas tenham paciência —,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Queremos ouvir a verdade!

O **Orador**: — ... a farmácia, ao contrário do que acontece hoje, terá de fornecer o medicamento mais barato e com isso ganham os consumidores e também o Estado português. Por isso, essa é uma das medidas mais importantes e que vai no sentido que o Sr. Deputado há pouco invocou.

São estas medidas que vão permitir que tenhamos um sector moderno, com qualidade, à altura destes tempos e à altura das expectativas dos utentes portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Então, e a droga?

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Esqueceu-se!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não é uma prioridade!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

A Sr.^a **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, imagino que neste momento já possa estar «massacrado» com perguntas que vão desde os OGM aos mais díspares assuntos. De modo que prometo ser breve, mas não consigo resistir a colocar-lhe questões muito concretas sobre o tema que aqui nos trouxe.

O Sr. Primeiro-Ministro lembrou bem, no discurso de tomada de posse, a venda dos medicamentos fora das farmácias sem receita médica e logo a oposição vaticinou riscos para a saúde pública, falta de capacidade ou interesse do mercado, a subida dos preços... Hoje, pouco mais de um ano depois, temos 118 postos abertos, o preço médio, Sr. Deputado Nuno Melo, baixou 12% e há uma comprovada segurança no acesso aos medicamentos.

Quando, algum tempo depois, anunciou a redução de preços dos medicamentos, acusaram o Governo de mera propaganda. Nove meses depois, constatamos que os gastos do Estado com as farmácias baixaram 0,7% e o mais importante é que o pagamento que cabe aos doentes também baixou.

Quando, na mesma altura, foram alteradas as comparticipações dos genéricos, logo os «profetas da desgraça» agitaram o fantasma da crise do mercado dos genéricos. Agora, com dados de Abril, podemos constatar que o mercado continua a aumentar, atingindo um novo máximo quer em número de embalagens, quer em valor comercial.

Mas, hoje, Sr. Primeiro-Ministro, com o anúncio da liberalização da propriedade das farmácias — é certo que com medidas de defesa da concorrência —, trouxe-nos mais uma medida corajosa, que promove a acessibilidade dos cidadãos às farmácias e vem esclarecer, e isto também é importante, situações incompreensíveis que existiram desde sempre.

Porém, Sr. Primeiro-Ministro, a qualidade dos serviços das farmácias, amplamente reconhecida, não estará em causa com as alterações anunciadas? Ou seja, a direcção técnica das farmácias continuará a cargo de um farmacêutico que não poderá acumular com outras direcções técnicas? Gostaria, sinceramente, que nos esclarecesse esta questão.

Mais: a possibilidade da venda de novos produtos nas farmácias não virá alterar o sentido essencial da farmácia?

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria Antónia Almeida Santos, o que se pode dizer, com verdade, a propósito dos genéricos, agora, é que nunca se venderam tantos genéricos, em Portugal, como hoje. Nunca!

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Essa é que é essa!

O **Orador**: — E comparando com a situação de há um ano atrás, ao contrário do que as vozes catastrofistas diziam, progredimos.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Isso é mesmo repetir para ver se passa!

O **Orador**: — Progredimos e estamos hoje com uma percentagem da quota de mercado em evolução. E não somos apenas nós que pensamos isso mas também a associação de fabricantes de genéricos, que nos acompanha nessa boa perspectiva.

Por outro lado, a verdade é que os estudos que o Ministério da Saúde tem, de avaliação do preço médio de todos os medicamentos que se vendem fora das farmácias, em comparação com os medicamentos que se vendem dentro das farmácias, são estudos que provam que esse preço médio é inferior fora das farmácias. Isto é que são estudos! Claro está que todos podemos apresentar um medicamento que, num determinado posto, seja mais caro, porque o preço, nesses casos, é livre, mas isto não é sério, porque daqui não se pode extrapolar nem generalizar.

Por isso, devemos continuar a basear-nos nos bons estudos que são feitos com independência da administração da saúde em Portugal e que nos dizem que esta medida vai na direcção certa. Compreendo que a ataquem muito! Compreendo! Claro está que muitos falaram nisto no passado, mas ninguém fez nada. Quando nós chegámos, dissemos que o íamos fazer e fizemo-lo!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Por amor de Deus!

O Orador: — Isto é uma verdade! Há, hoje, 118 postos abertos, antes não existiam, o que significa que as pessoas têm um melhor acesso aos medicamentos, e um melhor acesso a mais baixo preço. Isto representa um grande conforto para todos os cidadãos portugueses.

Relativamente à questão que coloca, ela é da maior importância. O argumento que sempre foi utilizado para que a propriedade das farmácias fosse de farmacêuticos era o de que deveria haver uma ligação entre as preocupações de qualidade e a propriedade, para que nunca a propriedade e a visão, porventura, demasiado centrada no lucro fosse uma visão dominante que reduzisse a qualidade das farmácias. Julgo que isto não vai acontecer na actual situação, em face das condições de grande exigência que hoje fazemos relativamente ao director técnico da farmácia. Mas vamos reforçar essas condições, porque o que é preciso para garantir a qualidade da farmácia e que nunca haverá uma subordinação dos princípios técnicos de boas práticas farmacêuticas aos interesses mais económicos ou mais financeiros da propriedade é a capacidade, a direcção do director técnico e a sua autonomia. É por isso que, em colaboração com a Ordem dos Farmacêuticos, vamos definir um novo estatuto para o director técnico, que lhe garanta mais independência da propriedade. E é esta independência da propriedade que dará confiança aos consumidores portugueses, aos utentes, de que a qualidade da farmácia não baixará.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo por lhe dizer que, em relação à referência que fez à nossa proposta vaga para a segurança social, devia tomar para si o conselho que deu ao PSD: estude e verá que a nossa proposta não é vaga, tem os mecanismos concretos e até a quantificação dos resultados.

Mas, em relação aos temas que aqui nos trouxe hoje, designadamente à liberalização das farmácias, o que podemos dizer é que se trata de uma medida que não aparece, na nossa opinião, como necessária, indispensável e prioritária na política do medicamento e tem traços perigosos.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Ah!

O Orador: — E o nosso argumento de dúvida em relação à liberalização não é aquele que o Sr. Primeiro-Ministro tem estado a rebater, até a pedido do Partido Socialista. A nossa preocupação é com a possibilidade de, apesar das regras que, formalmente, irão ficar estabelecidas em relação ao máximo de quatro farmácias na propriedade de uma só entidade, isso ser contornado, na realidade, como sucedeu nouros países, e de se dar uma verdadeira verticalização do sector, um poder excessivo, abusivo e de controlo do mercado nas suas várias áreas, isto é, na produção, no mercado grossista e no mercado retalhista. Este é que é o perigo, Sr. Primeiro-Ministro! É isto que nos preocupa, legitimamente, e que, aliás, nos parece uma preocupação séria que deveria tocar também o Governo.

O regime que actualmente temos e que é apresentado como uma coisa esotérica, meramente corporativa, existe na Alemanha, na Áustria, na Bulgária, no Chipre, na Dinamarca, na Eslováquia, na Eslovénia, na Espanha, na Finlândia, na França, na Grécia, na Hungria, na Itália, na Letónia, no Luxemburgo e na Turquia. Veja bem a originalidade portuguesa no meio de todos estes países!...

Portanto, é preciso não apresentar esta medida como o supra-sumo da política do medicamento, porque não é assim.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas, em relação às outras medidas, é preciso também dizer que é muito curioso registar a alteração de tratamento, por parte do Sr. Primeiro-Ministro e do Governo, relativamente à Associação Nacional das Farmácias, a qual era referida, no seu discurso de tomada de posse do Governo, quando o Sr. Primeiro-Ministro anunciava a venda de medicamentos fora das farmácias, nestes termos: «É tempo de resolver os estrangulamentos que impedem que o interesse geral se imponha aos interesses particulares e corporativos (...).».

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Exactamente!

O Orador: — Ora aqui está como o Sr. Primeiro-Ministro entendia a Associação Nacional das Farmácias. Agora já não é assim, agora já é o sector da qualidade, o parceiro estratégico com o qual é preciso negociar! E bem percebemos que o Sr. Primeiro-Ministro esteja a negociar, porque penso que foi com o Sr. Primeiro-Ministro que essa negociação foi feita.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Vemos bem como já aí estão as compensações para a liberalização da propriedade das farmácias.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O **Orador**: — Uma primeira compensação é esta das farmácias nos hospitais. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro sabe, e o Sr. Ministro da Saúde sabe melhor ainda, que, ao longo dos últimos anos, houve um programa de financiamento comunitário para a melhoria das farmácias hospitalares e que esse programa melhorou as condições de funcionamento das farmácias dos hospitais.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Ora, então, por que é que as farmácias dos hospitais, públicas, não são desenvolvidas de forma a darem essa cobertura que o Governo, e bem, quer que exista?! Por que é que têm de ser entregues ao sector privado?! Precisamente porque só assim se compensa a Associação Nacional das Farmácias e os seus interesses.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O **Orador**: — Mas há uma questão que tem de ficar aqui esclarecida, e com isto termino, Sr. Presidente.

O Sr. Primeiro-Ministro não nos dá o acordo que vai assinar com a Associação Nacional das Farmácias. Pode, ao menos, garantir-nos que não está nesse acordo a entrega para gestão, pela Associação Nacional das Farmácias, da central de compra de medicamentos do Serviço Nacional de Saúde que o Governo tem no seu Programa do Governo?! Pode garantir-nos que isto não está previsto?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ora responda lá!

O **Orador**: — É que isto seria uma nova compensação e, como tal, bem se justificaria a entrevista dada pelo Presidente da ANF, em Setembro do ano passado, quando disse ao *Expresso*: «Ainda vou agradecer ao Eng.º José Sócrates». Pelos vistos, tem muitas razões para o fazer!...

Aplausos do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Nós, aqui, não somos todos parvos!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, este não é um debate construtivo se assentarmos em insinuações.

O Sr. Deputado diz muitas vezes «seria», «seria», «seria», mas o que é, efectivamente, está aqui e vai ser-lhe distribuído! Portanto, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que a insinuação que fez, que, aliás, foi mais do que isso, não tem a mínima sustentação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Então, a resposta é «não»?

O **Orador**: — Por outro lado, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que entre nós e a Associação Nacional das Farmácias, entre o Ministério da Saúde e a ANF, existe, há mais de um ano, um conflito sério e de divergência de pontos de vista relativamente a várias matérias. E este conflito até é público! No entanto, isto não impediu o Sr. Ministro da Saúde de dialogar com a Associação Nacional das Farmácias, como lhe compete, comunicando-lhe o que nós, Governo, pretendemos, quais são as nossas orientações.

A Associação Nacional das Farmácias não nos dá o seu acordo, por exemplo, quanto à liberalização da propriedade das farmácias, pelo contrário, está em desacordo. Agora, a ANF entende que, apesar de tudo, e competindo ao Governo fazer essa escolha, deve dialogar connosco para assegurar que as medidas que irão ser tomadas, em vários domínios, contarão com o seu empenhamento no sentido de melhorar o sector.

E até lhe digo, Sr. Deputado, que é ridícula a insinuação que fez, porque o Sr. Deputado sabe muito bem que entre o Governo e a Associação Nacional das Farmácias nunca houve um acordo a propósito da questão financeira. Por isso, aquele acordo financeiro que regulava as relações entre o Governo e a Associação Nacional das Farmácias a propósito das comparticipações públicas vai ser revisto, à luz de um dispositivo que o Sr. Deputado votou aqui, no Orçamento do Estado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E a favor!

O **Orador**: — Portanto, se sabe isso, agora diz que lhe vamos dar a central de compras?! Ó Sr. Deputado, pare de sonhar com fantasmas!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Portanto, a resposta é «não»?

O **Orador**: — Mas, olhe, ser-lhe-á disponibilizado o acordo, para que não tenha a mínima dúvida.

Depois, o Sr. Deputado — e ficámos a saber qual é a sua posição — diz o seguinte: «Nós não entendemos que seja urgente nem necessária essa mudança de propriedade. E porquê? Porque nós temos muito medo de que venham aí umas multinacionais e desatem a comprar as farmácias». Digo-lhe, Sr. Deputado, e isto também está claro: nós só autorizaremos cada proprietário a ter um número-limite de quatro farmácias. E recordo-lhe que, nesta matéria, até vamos mais longe do que a Autoridade da Concorrência, porque esta havia proposto um número máximo de cinco farmácias e nós fomos para quatro. Diz o Sr. Deputado: «Bom! Isso figurará na lei, mas haverá sempre formas...».

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O **Orador**: — Bom, nós poremos sempre na lei formas directas ou indirectas de o regular. Diz o Sr. Deputado: «Isso não interessa nada, porque haverá sempre quem viole essas leis». Nesse caso, se viola a lei, também o estará a fazer agora. É isto que o Sr. Deputado pretende dizer?!

O Sr. **Osvaldo Castro** (PS): — Agora é que é altamente violada!

O **Orador**: — É que as formas de, hoje, se violar a lei também existiram no passado! Mais: parece-me que aquilo que vamos aprovar é que é uma revisão no sentido de dar um passo seguro, um passo razoável no bom caminho. E o Sr. Deputado devia reconhecê-lo como um passo na direcção certa, no sentido de acabar com uma questão absolutamente anacrónica...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas existe em todos os países que referi!

O **Orador**: — ... mas fazendo-o com a segurança de quem não quer ter falhanços.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Depois, o Sr. Deputado invocou o exemplo da Noruega.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Eu não falei da Noruega!

O **Orador**: — Ó Sr. Deputado, o exemplo da Noruega é aquele em que foi cometido o erro de não se colocarem limites e, por isso, aconteceu o que aconteceu relativamente à propriedade por multinacionais. Mas a verdade é que isso não se verificará em Portugal, porque nós queremos preservar esta rede de farmácias locais, autorizando apenas um limite máximo para que a propriedade seja atribuída a um único indivíduo ou entidade.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Pires de Lima.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não espere que eu venha aqui criticar o conjunto de medidas altamente liberais que V. Ex.^a hoje apresentou relativamente à política do medicamento.

Vozes do PS: — Oh!

O **Orador**: — Como deve calcular, quanto menos socialista for este Governo e mais V. Ex.^a der asas à sua veia liberal tanto melhor para Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Nesse sentido, quero aproveitar a minha intervenção para dar oportunidade ao Governo

de, em face de duas questões muito concretas do ponto de vista económico, clarificar matérias que, do nosso ponto de vista, neste momento, estão tudo menos transparentes.

Não se trata de nenhum processo de intenções, são duas questões que, seguramente, não serão cómodas para o Governo mas relativamente às quais é importante que o Sr. Primeiro-Ministro aproveite a oportunidade para esclarecer esta Câmara e para responder aos portugueses.

Assim, o primeiro tema tem a ver com a refinaria Vasco da Gama. V. Ex.^a qualificou o falhanço deste negócio, apresentado ainda há pouco tempo como estruturante e fundamental para o relançamento da economia, como «gato por lebre». Nós, CDS, queremos de uma vez por todas saber quem é que, neste acordo com o Governo, fez o papel de «gato» e quem fez o papel de «lebre». Por isso mesmo pedimos que o Sr. Ministro da Economia e da Inovação se deslocasse à comissão parlamentar e solicitámos já várias vezes que o protocolo de entendimento assinado por V. Ex.^a, pelo Governo, e pelo empresário Patrick Monteiro de Barros se tornasse público.

Sr. Primeiro-Ministro, não nos parece razoável que esse protocolo tenha sido assinado e tenha servido para uma intensa acção de propaganda por parte do Governo e que agora, que o investimento falhou, o conhecimento desse protocolo a esta Câmara seja negado. É uma estranha noção de democracia que V. Ex.^a demonstrará se não der cópia deste protocolo...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Claro!

O **Orador**: — ... para que possamos avaliar quem falhou neste processo.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — O segundo tema tem que ver com a EDP. V. Ex.^a é teimoso e uma pessoa decidida, o que considero qualidades, mas há-de compreender que nós, no CDS, também o possamos ser e que não larguemos pé do tema eléctrica portuguesa enquanto a questão do futuro da EDP, aquilo que por alguns comentadores foi definido como a «matrioska» à volta da EDP, não for esclarecida. E vou apresentar só factos.

Primeiro facto: o Governo entendeu colaborar na remoção de um conselho de administração que tinha valorizado a empresa em 80% em três anos e que tinha identificado a Iberdrola como um concorrente direto da EDP, o que aconteceu em Janeiro.

Segundo facto: durante os meses de Janeiro e Fevereiro, houve a discussão de um novo modelo de governação para esta empresa com a questão, ambígua, da participação ou não participação da Iberdrola nos órgãos sociais.

Terceiro facto: em Março, é nomeada uma nova administração da EDP — e não ponho em causa, em termos de gestão, a qualidade do *chief executive officer* (CEO) nomeado — e com isso é iniciada uma nova fase da empresa.

Quarto facto: já durante o mês de Abril, a Iberdrola sobe a participação na EDP de 5% para 9,5%, fazendo um investimento muito significativo, de mais de 500 milhões de euros, no momento em que as acções estavam no pico da sua valorização. O Presidente da Iberdrola, o Sr. Sánchez Galán, chamado a justificar este investimento na comunicação social espanhola, fez algumas declarações que vou aqui citar, traduzindo-as porque, apesar de tudo, o espanhol ainda não é mesma língua que o português!...

Aplausos do CDS-PP.

Diz ele o seguinte: «A nossa posição aumentou porque o Governo português nos disse que preferia que estivéssemos na EDP e deixássemos a Galp. Foi por isso que reforçámos de forma articulada, amigável, em cooperação e em coordenação com o Governo português a nossa posição na EDP.»

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Estranho!...

O **Orador**: — Sexto facto: estamos no mês de Maio, neste momento o Estado ainda é o maior accionista da EDP, e ainda bem,...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, estamos no mês de Maio, neste momento o Estado ainda é o maior accionista da EDP, e ainda bem, mas a Iberdrola passou de um accionista rival e até visto como hostil por parte do anterior conselho de administração para o maior accionista privado da EDP, e com uma grande distância relativamente aos outros. Fala-se já em toda a imprensa espanhola de projectos que a Iberdrola tem para integrar a EDP e o próprio Presidente da Iberdrola em Portugal fala de projectos comuns, de sinergias que têm de ser aprofundadas.

É óbvio para todos que há uma opção, que deve ser assumida por parte deste Governo, que é o principal accionista da EDP, relativamente à Iberdrola e que há uma inflexão estratégica e radical com a política que tinha sido seguido até aqui. Quero, acima de tudo, perceber que sentido tem esta opção. Não considero que ela seja necessariamente ofensiva ou insultuosa para os interesses nacionais, mas é preciso, por um lado, que esta opção, de que toda a gente fala «à boca fechada», seja assumida pelo Governo (porque os factos são indesmentíveis, Sr. Primeiro-Ministro) e, por outro, que seja explicado a este Parlamento e aos portugueses em que medida a opção assumida, e que é confirmada pelos factos, joga com a defesa dos interesses nacionais numa empresa fundamental em Portugal.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Pires de Lima, fui educado sempre na leitura dos autores liberais, e foi aí que construí o meu amor à liberdade. Também gosto do termo liberal. Sou liberal politicamente, mas defendo uma intervenção do Estado na sociedade, e talvez aí nos afastemos. O que não percebo é como alguém que se diz tão liberal faz as perguntas a propósito de uma empresa cotada na Bolsa que o senhor fez. Mas já lá iremos!...

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Isso é extraordinário!

O **Orador**: — Sr. Deputado, vou responder àquilo que um Governo tem obrigação de responder.

Sr. Deputado, lembro que o Governo definiu uma nova orientação, expressa em resolução do Conselho de Ministros, para o sector da energia que contrariava a definição anterior. O governo de que o seu partido fez parte tinha uma orientação baseada na seguinte ideia: «vamos transformar a EDP num campeão nacional, único, monopolista em Portugal, com condições excepcionais por forma a ter uma presença no mercado ibérico». Era esta a teoria geral.

Nunca defendi essa posição e já na oposição tive ocasião de dizer que isso era um erro para os consumidores e para a indústria portuguesa e que, em Portugal, devíamos ter concorrência. Sempre defendi isso, está escrito no nosso Programa do Governo e fui a vários debates na televisão onde defendi esse ponto de vista. E qual é a minha posição? É igual à da Comissão Europeia, porque esta chumbou, por razões de concorrência, o vosso modelo. Não era apenas o modelo do presidente da EDP, era o modelo do governo o que foi chumbado. E foi chumbado por duas razões, exactamente aquelas que invoquei na altura.

Por isso sempre considerei que devíamos ter em Portugal dois grupos empresariais que competissem entre si na disputa do mercado nacional. E esses dois grupos empresariais deviam ser a Galp e a EDP. Estamos de acordo quanto a isso.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não é isso que está em questão!

O **Orador**: — Acontece, Sr. Deputado, que a Iberdrola era accionista — e não foi com este Governo que se tornou accionista, já o era —...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Foi com o governo do PS!

O **Orador**: — ... da EDP e da Galp. Isto é o mercado!

É verdade que a Iberdrola consultou o Ministério da Economia e da Inovação e lhe perguntou qual era a política do Governo. E o Governo tem obrigação de definir uma política: a política do Governo está expressa naquela resolução do Conselho de Ministros. E isso, naturalmente, levou a Iberdrola a perceber que, tendo o Governo definido uma orientação em que ia pôr em confronto as duas empresas — Galp e EDP —, ela devia escolher, e escolheu livremente, a empresa em que devia ficar. Naturalmente — e o Sr. Deputado, que já foi empresário, sabe bem —, não é boa regra de gestão ser accionista de duas empresas que vão ser concorrentes entre si, é preciso escolher uma delas.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Mas a EDP concorre com a Iberdrola em Espanha!

O **Orador**: — E foi isso que me parece que a Iberdrola fez, mas essa é uma decisão da Iberdrola pela qual não respondo. E há um mercado!

Portanto, Sr. Deputado, aquilo que eu tinha a dizer sobre isso está dito. O que compete ao Governo é definir uma política, e vamos defini-la. Depois, naturalmente, as entidades também o farão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, peço-lhe que termine.

O **Orador**: — Termo já, Sr. Presidente.

Quanto à participação de 9,5% da Iberdrola na EDP quero recordar-lhe que há um limite de 10%. Isso é o que está lei, e não vamos agora definir leis para este ou para aquele por mais simpatias que o senhor tenha ou não por um accionista privado; isso não vamos fazer.

Quanto à refinaria, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que todos os governos se comportam da seguinte forma: num primeiro momento, fazem um memorando de entendimento com uma intenção de investimento, mas depois o Governo tem obrigação de avaliar o projecto em concreto. Ora bem, o que fizemos foi esse memorando de entendimento,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Queremos cópia do memorando!

O **Orador**: — ... mas isso não dispensou esse investimento, nem nunca o Governo disse que iria dispensar, da avaliação de impacte ambiental, por exemplo. Era só o que faltava!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não é essa a questão!

O **Orador**: — Sr. Deputado, o que reafirmo é que o projecto concreto apresentado nada tem que ver com aquilo que o empresário disse que iria apresentar, de tal forma — e estou a comunicar-lhe uma decisão da Administração Pública — que o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional rejeitou o processo por não conformidade. O que significa não conformidade, Sr. Deputado? Significa que o empresário, quando apresentou o projecto, nem sequer foi capaz de entregar um estudo de impacte ambiental significativo, que desse ideia desse impacte, para poder ser avaliado.

São raríssimos os projectos que são objecto de uma decisão deste tipo por parte do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional! E este Ministério teve de dizer ao empresário que recusava o projecto liminarmente, que nem podia avaliá-lo porque era muito diverso das boas regras e das boas práticas ambientais.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Demoraram seis meses para descobrir isso!

O **Orador**: — O Sr. Deputado está a pedir esclarecimentos, eu estou a dar-lhos!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem mesmo de concluir.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Mas há outra questão: depois do memorando de entendimento, fomos estudar o projecto apresentado em concreto, sendo que desses estudos resultou a nossa decisão de o não apoiar porque não tínhamos interesse público que justificasse esse apoio.

Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.

O que dizemos aos portugueses é que estão bem defendidos por um Governo que é muito firme na defesa do interesse público.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Já percebemos que o «gato» é o Governo!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero pedir à Mesa que interpele o Governo a dar-nos, de uma vez por todas, cópia do protocolo que assinou com o empresário Monteiro de Barros para que cada partido e os portugueses possam fazer o seu juízo sobre aquilo que aqui disse o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Está feita a sugestão, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, vamos entrar na terceira volta deste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há pouco ouvimo-lo referir que era irrelevante a questão da passagem dos hospitais SA para hospitais EPE.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não foi isso!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, vamos lá ver se considera os números que vou referir irrelevantes. Entre o primeiro trimestre de 2005 e o primeiro trimestre de 2006, temos, nos hospitais EPE, a seguinte realidade: o saldo financeiro do exercício piorou 35 milhões de euros e o resultado deteriorou-se 28,4%; as compras aumentaram 12,4%, mais 13 milhões de euros; as despesas com pessoal aumentaram 6,9%, mais 14 milhões de euros; e as receitas desceram 1,4 milhões de euros.

Sr. Primeiro-Ministro, até percebo que possa achar todas estas dezenas de milhões de euros irrelevantes mas, sinceramente, mas já vi assuntos mais importantes custarem menos dinheiro aos cofres do Estado. Este é que é o problema!

Applausos do PSD.

E isso leva-me, Sr. Primeiro-Ministro, a questioná-lo sobre as finanças públicas de um modo mais geral, porque isto também tem impacto nas contas públicas.

Sr. Primeiro-Ministro, como sabe, a execução orçamental de 2005 não lhe correu bem: o seu Governo conseguiu a proeza extraordinária de gastar ainda mais do que o limite estratosférico previsto no «relatório Constâncio», o que é uma proeza extraordinária mas em sentido negativo, claro! E, portanto, não só aumentaram impostos, deteriorando as condições económicas do País, como aumentaram ainda mais a despesa do que aquilo que havia sido previsto, o que inquinou toda a base de partida para a execução orçamental em 2006, que, como é sabido, não está a correr da melhor forma.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, temos uma questão fundamental: na semana passada, o Sr. Ministro das Finanças garantiu na Assembleia da República, na Comissão de Orçamento e Finanças, que estava a contar com cerca de 200 milhões de euros de venda de património imobiliário para compor o resultado do défice de 2006. V. Ex.^a disse várias vezes que apresentava a evolução das contas públicas sem malabarismos, sem truques, era «tudo limpinho», e quando o disse estava a referir-se às receitas extraordinárias, toda a Assembleia o ouviu.

Sr. Primeiro-Ministro, não estamos contra a utilização de receitas extraordinárias, aliás, até defendemos que em 2005, em vez de aumentar impostos, teria sido melhor recorrer a elas. O problema é que V. Ex.^a disse uma coisa e agora, pelos vistos, vamos ter outra.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Já foi assim com os impostos, com a promessa de criação de emprego e agora, pelos vistos, vamos ter outra situação semelhante.

Sr. Primeiro-Ministro, confirma as palavras que o Sr. Ministro das Finanças proferiu na Comissão de Orçamento e Finanças na semana passada e que vamos ter, de facto, receitas extraordinárias neste ano, ou não?

É porque é importante saber que aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro diz corresponde, de facto, à verdade para que não se possa ser acusado, depois, de ter «dois pesos e duas medidas».

Sr. Primeiro-Ministro, é importante que todos conheçamos esta realidade.

Applausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, falar de finanças públicas e de receitas extraordinárias nesta Assembleia pela sua voz é a mesma coisa que falar de corda em casa de enforcado!...

Applausos e risos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não fuja à questão!

O **Orador**: — O Sr. Deputado, pessoalmente, considera que tem autoridade moral para vir criticar o Governo, que apenas está a resolver os problemas que os senhores deixaram ao longo de três anos?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Isso é fugir à questão!

O **Orador**: — O Sr. Deputado considera que tem alguma autoridade moral, em matéria de despesa pública, depois de estar no governo durante três anos e de ter sempre aumentado a despesa pública?

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Responda à minha questão!

O **Orador**: — O Sr. Deputado sabe qual foi a evolução da despesa pública quando o senhor era membro do governo, no Ministério das Finanças? Em 2002, 46,4%; em 2003, 47,5%; em 2004, 48,3%!...

Ouvindo-o falar até parece que o senhor, quando esteve no governo, consolidou as contas públicas, reduziu a despesa pública e agora vem exigir a este Governo que faça o mesmo. Por amor de Deus, Sr. Deputado!!

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Era muito difícil com a situação que o PS deixou!

O **Orador**: — Quero lembrar-lhe que, quando os senhores saíram do governo, deixaram o País na seguinte situação: com um défice previsível de 6,83%...

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Isso não é verdade!

O **Orador**: — Sei que não gosta de ouvir, Sr. Deputado.

Deixaram o País à beira de uma segunda recessão económica, com um primeiro trimestre negativo! Deixaram o País descrente e desanimado!

A vossa gestão foi um desastre, Sr. Deputado! A vossa gestão de três anos não teve um sucesso! E o Sr. Deputado vem agora, aqui, dar lições de teoria geral sobre a política económica e a política financeira?!

Por amor de Deus, Sr. Deputado! É como digo: falar de finanças públicas pela sua boca é o mesmo que falar de corda em casa de enforcado.

Depois, o Sr. Deputado vem propositadamente confundir receita extraordinária com boas medidas de gestão?!

Protestos do PSD.

O Sr. Deputado não sabe que a venda de património que é absolutamente inútil ao Estado, que só cria despesa, é uma boa medida de gestão feita por todos os governos no passado?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Diz isso agora porque é feita pelo seu Governo!

O **Orador**: — Chama a isto receita extraordinária?!...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Então o que é?

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — É! É!

O **Orador**: — O Sr. Deputado não sabe o que é uma receita extraordinária!

Vou dizer-lhe o que é uma receita extraordinária. Sabe o que é? Receita extraordinária foi o que o senhor fez quando esteve no governo.

E quer saber o que fez quando esteve no governo? Titularizou os créditos das dívidas fiscais. E para quê? Com um único objectivo: para disfarçar o défice desse ano, criando encargos orçamentais no futuro, Sr. Deputado!

Vozes do PS: — Exactamente!

O **Orador**: — Isso é uma medida extraordinária!

Medida extraordinária foram os fundos de pensões! Isso, sim, é uma medida extraordinária! Isso, sim, é uma «manigância»! Isso, sim, é esconder, é agravar no futuro os défices e prejudicar os futuros exercícios, apenas para disfarçar. Isso foi o que o senhor fez!

Vender património é uma boa medida de gestão. O governo anterior também já tinha esta política...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Nós concordamos. O senhor é que dizia que não concordava!

O **Orador**: — Precisamos de ter os quartéis que temos, quando o Exército começa a recuar para estar mais concentrado? Essa não é uma boa política de gestão? Por amor de Deus!!...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe para concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Sr. Deputado, não confunda. Isto não é nenhuma receita extraordinária!

Protestos do PSD.

Nós não vamos vender património para disfarçar o défice, como aquelas operações que se faziam normalmente no Natal — «vamos agora, aqui, vender património». Os senhores fizeram, mas não é o que nós fazemos. Nós temos uma política de gestão do património. Era o que faltava que o Governo não a tivesse!...»

Risos do PSD.

Não vamos, no entanto, fazer como os senhores fizeram: aquelas operações que visam justamente criar uma entrada financeira...

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe para concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Sr. Deputado, temos de conseguir ganhos de gestão e maior eficiência, e as administrações não estão dispensadas disso. Mas o senhor sabe tão bem quanto eu que há uma diferença entre hospitais EPE e hospitais SA, mas nenhuma dessas diferenças delimita a capacidade de gestão para que se obtenham resultados. E, se o Sr. Deputado tivesse sido sério do ponto de vista político, tê-lo-ia reconhecido.

É claro que temos muitos problemas para resolver, muita contenção a fazer, mas o que eu disse foi que, para a gestão, para a capacidade de gestão, isso era absolutamente irrelevante.

O senhor sabe que o que estou a dizer é verdade e devia tê-lo reconhecido.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Miguel Frasquilho pediu a palavra para defesa da honra da bancada?

O Sr. **Miguel Frasquilho (PSD)**: — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Miguel Frasquilho (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo por dizer-lhe que escusa de se irritar dessa forma porque reafirmo tudo o que aqui disse, não retiro uma vírgula ao que afirmei há poucos minutos atrás!

Applausos do PSD.

No tempo em que estávamos no governo, o senhor dizia que a venda de património era uma medida discricionária, eram malabarismos, eram truques, agora, é uma medida de gestão devidamente planeada. Sr. Primeiro-Ministro, por favor!...

Além de tudo mais, se há algo por que o seu Governo devia estar agradecido ao XV Governo Constitucional é por este ter permitido que Portugal deixasse de estar na lista negra da Comissão Europeia onde o anterior governo, do seu partido e em que o senhor participava, o tinha colocado por incumprimento do défice — esse é que é o grande ponto! — e foi em 2002 que isso foi conseguido!

Sr. Primeiro-Ministro, sabe quando é que a situação, em Portugal, começou a deteriorar-se? Não foi em 2002, em 2003, ou em 2004, como o senhor há pouco disse. Não! Foi em 1999, último ano em que convergimos com a Europa. Sabe quem estava no governo, nessa altura? O senhor estava no governo, tal como também estavam os actuais Sr. Ministro das Finanças e Sr. Ministro da Presidência. Vários dos actuais Srs. Ministros estavam no governo, nessa altura. Daí para cá, é só divergir, Sr. Primeiro-Ministro! Essa é que é a grande questão.

Applausos do PSD.

Devo dizer, sinceramente, que o senhor promete uma coisa e faz outra.

O senhor promete não aumentar os impostos e aumenta-os. O senhor promete criar empregos e onde é que eles estão? O senhor promete a refinaria em Sines e onde é que ela está? O senhor, pelos vistos, promete cumprir o défice. Cá estaremos para ver se vai cumpri-lo ou não, mas, Sr. Primeiro-Ministro, por este

andar vai mesmo por muito mau caminho e não vai cumprir o défice coisa alguma!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, ainda fala de impostos... Vamos lá ver.

Vim aqui dizer, a esta Assembleia, que a nossa avaliação da situação orçamental, durante a campanha eleitoral, tinha sido excessivamente optimista, que o relatório do Banco de Portugal nos tinha revelado uma situação orçamental muito pior e que, por isso, entendia que era meu dever responder ao meu dilema entre a credibilidade de uma promessa eleitoral e o que considerava ser o interesse do País. E fi-lo.

Mas há uma coisa que o Sr. Deputado nunca explicou.

Como é que o senhor fala nisso, com essa arrogância, tendo o Sr. Deputado estado num governo...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Quem tem arrogância é o senhor!

O **Orador**: — Como é que o Sr. Deputado fala nesse assunto? Ainda não explicou isso aos portugueses.

É que nós, com um défice de 6,83%, tomámos a decisão de aumentar os impostos. Mas por que é que não devíamos tê-lo feito quando os senhores, com um défice de 4,2%, aumentaram os impostos?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — As regras eram outras!

O **Orador**: — Sabe, Sr. Deputado, há uma coisa que nos diferencia e não é por estarmos em partidos diferentes: é que eu, quando os senhores apresentaram um Orçamento que previa a baixa de impostos, opus-me; o Sr. Deputado Miguel Frasquilho fez uma campanha, no passado — e, agora, voltou a ela —, anunciando que deviam baixar os impostos e, quando chegou ao governo, aumentou-os. Ora, eu nunca disse que ia baixá-los. Isso eu nunca disse! Foi o senhor que propôs!

Sr. Deputado, assuma isso. Não foi o Sr. Deputado que pediu um «choque» fiscal?

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — Não foi o Sr. Deputado que defendeu isso? Defendeu ou não a baixa de impostos? Anunciou-o ou não na campanha eleitoral? Defendeu a baixa de impostos e depois aumentou-os!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado acha que tem autoridade moral para falar neste assunto? Francamente!...

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Está muito nervoso!

O **Orador**: — Vamos a outro assunto: venda de património.

O Sr. Deputado acha que é a mesma coisa vender património de que o Estado não necessita e vender património de que o Estado necessita?!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Como é que sabe?

O **Orador**: — O que os senhores fizeram foi uma operação de venda a granel, sem critério, de todos os edifícios públicos de que o Estado precisava! E para quê? Para conduzir a uma receita extraordinária para reduzir o défice!

Ninguém está a fazer isso no Governo! Não confunda, Sr. Deputado! Não seja demagogo!

O que está previsto no Orçamento é vender aquele património que causa despesa, que serve para nada, que foi abandonado em função da reestruturação, como, por exemplo, aqueles quartéis de onde o Exército vai sair.

E o Sr. Deputado atreve-se, de forma demagógica e falsa, sofista, porque o Sr. Deputado sabe perfeitamente que não é isso, a dizer aos seus colegas da Assembleia da República que isso é igual a vender património, em Novembro, para um objectivo específico — e património de que o Estado precisava?!...

Não, Sr. Deputado, uma coisa nada tem a ver com a outra!

Protestos do PSD.

Olhe, Sr. Deputado, há uma coisa...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — ... que se chama credibilidade, sabe? É uma palavra curta, credibilidade, que o seu líder anda sempre a invocar, dizendo: «Eu sou muito credível, eu sou muito credível, eu sou muito credível!». Ora, «ser credível» exige que não se compare essas duas coisas. A credibilidade exige que não se pretenda misturar, com o intuito de enganar as pessoas.

Não é, pois, a mesma coisa: fazer uma gestão inteligente do património não é uma receita extraordinária que vise um objectivo de «mascarar» as contas. Isso foi o que os senhores fizeram, mas não é aquilo que nós estamos a fazer. É isto que nos separa e é uma grande diferença, em favor da credibilidade e da ausência dela, que é onde os senhores estão a cair.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Almeida.

O Sr. **Jorge Almeida** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a traz-nos uma decisão governamental de grande alcance para a economia do sector do medicamento: a criação da unidose no ambulatório. Esta é uma medida histórica que todos nós vamos registar como um «virar de página» no percurso da política do medicamento no nosso país. Estudos sobre o consumo nacional de medicamentos em ambulatório, *per capita*, indicam que este supera, em valor absoluto, o gasto *per capita* de vários países mais desenvolvidos do que o nosso.

Um estudo realizado, no ano passado, revela que 49,7% dos medicamentos prescritos são desperdiçados, ou seja, quase metade dos medicamentos prescritos não é utilizada, o que confirma uma realidade há muito percebida pelos profissionais, mas nunca quantificada.

Só no ano passado, uma empresa de gestão de embalagens e medicamentos fora de prazo recolheu 471 t para reciclagem — 471 t!!

A criação da unidose é também uma medida de saúde pública. Este desperdício é, sobretudo, resultado do desfasamento entre a dimensão das embalagens e as necessidades terapêuticas das patologias e ainda da não conclusão das terapêuticas.

A actual situação favorece ainda a automedicação posterior, com a consequente criação de resistências e a utilização de medicamentos fora de prazo. Esta realidade configura riscos para a saúde e um esbanjamento de recursos económicos.

Se tivermos em conta que quase metade dos medicamentos consumidos é importada, podemos também por aí avaliar o alcance desta medida de racionalização.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Apesar do enorme e persistente esforço da oposição em encontrar argumentário credível para colocar em causa a política do Governo para o medicamento, fica absolutamente demonstrado à saciedade que este, Sr. Primeiro-Ministro, é um caminho certo, maduramente estudado e que visivelmente revela bons resultados.

A redução do preço dos medicamentos é um facto — os preços baixaram no mercado. A redução em 6% no preço de venda dos medicamentos foi outra medida de grande alcance económico para as contas públicas e para a bolsa dos utentes.

Naturalmente, um *fait-divers* como o que nos foi trazido aqui pelo Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, pode levar alguém a pensar que esse mesmo *fait-divers* tem alguma consistência.

Protestos do CDS-PP.

Chamo, no entanto, a atenção do Sr. Deputado para o seguinte: no mercado, o que importa é o seu funcionamento. Há medicamentos de marca cujo preço baixou 100% ou mesmo 200%, na competição com o mercado dos genéricos. Esta realidade é que o senhor não conhece.

Applausos do PS.

Protestos do CDS-PP.

É preciso deixar funcionar o mercado, Srs. Deputados!

O fim da majoração dos 10% foi outra medida acertiva, a actual quota dos genéricos cifra-se em 14% e subiu 30% relativamente a período homólogo do ano passado. É escusado trazer para aqui números e pôr os números ao contrário! Houve uma subida de 30%, repito, relativamente ao período homólogo do ano passado!!

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, só não vê quem é cego ou teimosamente não quer ver! A política do medicamento entrou no bom caminho, Srs. Deputados!

Sendo o sector dos genéricos um sector onde a margem de progressão ainda é grande, pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro o seguinte: considerando que estamos na quota de 14,62%, na opinião do Governo qual é a expectativa quanto à subida da quota dos genéricos nos próximos anos?

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uma vez que nesta lógica regimental o Partido Socialista, que era suposto dirigir-se ao Primeiro-Ministro, se dirige ao CDS — e convirá V. Ex.^a que nos deixa só na obrigação de fazer um leve comentário —, eu gostaria de dizer duas coisas brevíssimas: em primeiro lugar, relembrar o que eu disse porque já por duas vezes foi subvertido o que aqui dissemos.

Quando nos referimos ao aumento do preço dos medicamentos não foi em relação ao preço a que o medicamento fica para a farmácia mas foi, sim, quanto ao que aumentou em relação ao doente, que é coisa diferente!! O Governo pode dizer 50 vezes que, em média, ficou mais barato às farmácias, que eu mostro ao Governo que, em média, ao doente ficou muito mais caro!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Para terminar, gostava que o Sr. Deputado Jorge Almeida me explicasse como é que o medicamento baixa de 100% para 200%.... Sinceramente, a menos que o medicamento fique a custo negativo, isso é uma coisa que me custa perceber.

Risos do CDS-PP.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, peço a palavra também para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, através da figura regimental que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo usa com uma liberalidade que ninguém consegue imitar, nem ninguém pretende imitar, o CDS tentou repor aqui uma táctica que é preciso denunciar: e a táctica é a de, em vez de considerar o conjunto dos 1500 medicamentos que estão disponíveis para uso dos consumidores que deles necessitam, usar selectivamente alguns, confundindo, aliás, provavelmente as embalagens — porque uma coisa é uma embalagem com um certo número de comprimidos, outra é uma embalagem com outro número de comprimidos...!

Mas nós teremos oportunidade de, consultando o *Diário* desta sessão, poder averiguar um a um os termos dessa comparação.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Nós temos recibos!

O **Orador**: — Quero informar a Câmara de que me foram chegando informações, ao longo deste debate, que põem em dúvida os termos de comparação usados pelo Sr. Deputado, mas eu, que não uso o mesmo estilo regimental do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, não vou comparar um a um sem antes ter a referência do *Diário* para podermos comparar todos, isto é, genéricos com medicamentos de marca, nas mesmas unidades comerciais, porque o preço ficou liberalizado e, portanto, pode variar, e comparando as mesmas embalagens com o mesmo número de comprimidos.

Agora o ponto não é esse, podemos dedicar-nos a esse exercício apenas para avaliar a credibilidade do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, porque, para avaliar os efeitos da política de redução do medicamento do Governo, não é caso a caso que ela pode ser avaliada, é em função dos valores agregados relativos a esses 1500 medicamentos disponíveis para as pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, com a sua permissão, pretendo apenas insistir no seguinte ponto: por maior que seja o uso que o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo faça da figura da interpelação, ele nunca conseguirá com a interpelação transformar a realidade naquilo que são os seus sonhos.

Aplausos do PS.

Vozes do CDS-PP: — E os 200%?

O Sr. **Presidente:** — Para responder ao Sr. Deputado Jorge Almeida, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Almeida, uma coisa são os estudos que quem ter um debate sério invoca. Claro está que há quem não esteja interessado em fazer um debate sério, porque, francamente, um Deputado que quer intervir numa matéria e quer provar o seu ponto de vista de que o preço dos medicamentos não aumentou, não é legítimo que recorra ao truque de ir mostrar e evidenciar um medicamento.

Vozes do CDS-PP: — Um?!

O **Orador:** — A única possibilidade que tem, se o desejar, é fazer o contraponto entre os estudos do Ministério da Saúde e um outro estudo que analise o preço dos 1500 medicamentos. Tudo o resto é apenas demagogia.

Aqueles que entendem que isso resulta num bom espectáculo, num episódio divertido para a televisão esquecem-se de que estão a comprometer a sua própria credibilidade. Ninguém leva a sério esse «número», ninguém!!

Applausos do PS.

O Sr. Deputado Jorge Almeida tem razão — e percebe-se pela sua intervenção que o senhor conhece o assunto, que o estudou e está familiarizado com ele. A verdade é que houve uma evolução e o Sr. Deputado não é daqueles políticos que pretende falar de tudo com ligereza e leviandade, o que mostra que, afinal de contas, para estes assuntos, o melhor era ter mais estudo e mais reflexão.

O mais importante, Sr. Deputado, é que foi apresentado hoje, nesta Assembleia, o maior e o mais ambicioso conjunto de reformas que algum dia, nestes últimos 30 anos, foi apresentado em Portugal para o sector farmacêutico.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — Reparem bem: em primeiro lugar, acabámos com um modelo anacrónico de propriedade que não faz hoje o mínimo sentido, e todos reconhecemos que não faz sentido, mas, por alguma razão, no passado ninguém teve a coragem de o fazer. Ele acaba hoje, enterra-se aqui — e bem! Mas fazemo-lo protegendo a autonomia técnica da farmácia, com reforço dos poderes do director técnico e, também, com limites à concentração.

E não fazemos apenas isso: também tomámos a decisão de abrir farmácias nos hospitais, farmácias de venda ao público que garantam ao cidadão que vai à urgência ou a uma consulta no hospital o acesso directo à farmácia, sem ter de andar a percorrer, de táxi, meia cidade à procura da farmácia de serviço. Esta é uma mudança!

Aqueles que quiseram desvalorizar o debate, indo para outras áreas, cometem um erro porque os portugueses que nos estão a ouvir sabem que estas questões têm a ver com a vida deles...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — ... e sabem que a sua vida vai melhorar depois destas medidas.

Chama-se a isto, portanto, ter bem consciência do interesse geral na governação — querer farmácias nos hospitais, mas, também, alargar o funcionamento das farmácias, obrigar a que estas tenham um período mais longo de abertura para poderem estar abertas à hora de almoço e ao sábado de manhã, ou então, alternativamente, poderem optar por não abrir ao sábado mas estar abertas durante um período mais longo durante o dia.

Tudo isto são boas notícias para o utente.

A somar, também fazemos o combate ao desperdício através da promoção da venda por unidoses nas farmácias e da promoção da Designação Comum Internacional.

Trata-se, pois, de uma reforma profunda, uma reforma feita com a definição de uma orientação e de um caminho claros, mas, também, realizada em diálogo com os parceiros sociais, diálogo que vai permitir que a apliquemos agora de forma razoável e sensata, por forma a transformarmos um sector...

O Sr. **Honório Novo (PCP):** — Outra vez? Já disse isso!...

O **Orador:** — O Sr. Deputado Honório Novo não se cala com os apartes e quer usar da palavra, mas

para falar tem de pedir a palavra e não estar permanentemente a interromper!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Já o ouvi! Não preciso que repita 10 vezes o mesmo! Parece que está a «vender a banha da cobra»...

O **Orador**: — Enfim, já vi que não desiste de o fazer, por isso continuarei a falar.

Estamos a fazer uma mudança que nunca foi feita e que tem uma única preocupação: a de defender o consumidor, o utente e o interesse geral dos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, dou por terminado o debate mensal com o Sr. Primeiro-Ministro sobre acesso aos medicamentos.

Srs. Deputados, a Sr.^a Secretaria vai dar-vos conta de dois pareceres da Comissão de Ética que deram entrada da Mesa.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 2.^º Juízo do Tribunal Judicial de Évora, Processo n.^º 2341/03.6 — TBEVR, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Bravo Nico (PS) a prestar depoimento por escrito, na qualidade de legal representante, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pela 3.^a Vara Cível do Porto — 3.^a Vara — 3.^a Secção, Processo n.^º 2972/05.0 — TVPRT, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Sr.^a Deputada Isabel Coutinho (PS) a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o parecer está em apreciação.

Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária terá lugar na quarta-feira, às 15 horas, constando, para além do período de antes da ordem do dia, do período da ordem do dia a apreciação do Relatório Anual de Segurança Interna de 2005 e a discussão da proposta de lei n.^º 68/X — Regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias e transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.^º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004.

Está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
Hugo Miguel Guerreiro Nunes
João Barroso Soares
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Victor Manuel Bento Baptista

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Pedro Augusto Cunha Pinto

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
Paulo Sacadura Cabral Portas

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

António Ramos Preto
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Júlio Francisco Miranda Calha
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Social Democrata (PSD):

Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Manuel Filipe Correia de Jesus
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes
António Ribeiro Gameiro
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
João Cardona Gomes Cravinho
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Paula Cristina Barros Teixeira Santos

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Carlos Jorge Martins Pereira
Domingos Duarte Lima
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Mário Patinha Antão
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Sérgio André da Costa Vieira

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL